



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS**

**329ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
Assistência Social - CNAS**

Ata da ordem dos dias 17 e 18 de julho de 2024

Brasília/DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Ata da 329ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

Local: Plataforma Zoom e Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, Ala “A”, 1º Andar, sala 108, Brasília/DF

Data: 17 e 18/07/2024

1 Aos dezessete e dezoito dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro realizou-se a 329ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, sob a Coordenação do Conselheiro
3 Titular Edgilson Tavares de Araújo, Presidente do CNAS e representante da Secretaria Nacional de
4 Assistência Social - SNAS/MDS. Estiveram presentes as(os) seguintes Conselheiras(os) Titulares e
5 Suplentes: Conselheira Titular Aldenora Gomes Gonzáles, representante do Instituto Ecovida;
6 Conselheira Titular Ana Lúcia Soares, representante da Associação Brasileira dos Terapeutas
7 Ocupacionais - ABRATO; Conselheiro Titular Edgilson Tavares de Araújo, representante da
8 Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS/MDS; Conselheira Titular Emilene Oliveira
9 Araújo, representante da Sociedade Bíblica do Brasil; Conselheira Titular Eutália Barbosa Rodrigues
10 Naves, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à
11 Fome - MDS; Conselheiro Titular Heitor Márcio Pinheiro Santos, representante do Colegiado
12 Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS; Conselheiro Titular Ismael
13 Ultino Tavalone, representante do Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores -
14 MONPAD; Conselheira Titular Márcia de Carvalho Rocha, representante da Federação Nacional das
15 Associações de Pais e Amigas(os) das(os) Excepcionais - FENAPAES; Conselheira Titular
16 Margareth Alves Dallaruvera, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em
17 Seguridade Social da CUT - CNTSS/CUT; Conselheira Titular Maria Aparecida Guerra Vicente,
18 representante da Federação Nacional das(os) Assistentes Sociais - FENAS; Conselheiro Titular Régis
19 Aparecido Andrade Spíndola, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
20 Família e Combate à Fome - MDS; Conselheira Titular Shirley de Lima Samico, representante do
21 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS; Conselheira
22 Titular Solange Bueno, representante do Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único de
23 Assistência Social - FNUSUAS; Conselheiro Titular Thiago Szolnoky de Barbosa Ferreira Cabral,
24 representante da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes -
25 FEBRAEDA; Conselheiro Suplente Alessandro Tiezzi, representante da PIA Sociedade de São

26 Paulo; Conselheira Suplente Amanda Simone Silva, representante do Ministério do Desenvolvimento
27 e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS; Conselheira Suplente Carmen Priscila
28 Bocchi, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à
29 Fome - MDS; Conselheira Suplente Catarina de Santana Silva, representante da Fundação Fé e
30 Alegria do Brasil; Conselheiro Suplente Eduardo Dalbosco, Secretário Nacional de Inclusão
31 Socioeconômica do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
32 - SISEC/MDS; Conselheiro Suplente Elias de Sousa Oliveira, representante do Colegiado Nacional
33 de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS; Conselheira Suplente Geovana Pádua
34 Gobbo Marinot, representante do Fórum Nacional de Secretárias(os) de Estado da Assistência Social
35 - FONSEAS; Conselheira Suplente Irene Rodrigues da Silva, representante da Confederação das(os)
36 Trabalhadoras(es) no Serviço Público Municipal - CONFETAM/CUT; Conselheiro Suplente José
37 Miguel da Costa Júnior, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,
38 Família e Combate à Fome - MDS; Conselheira Suplente Jucileide Ferreira do Nascimento,
39 representante do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS; Conselheira Suplente Maria
40 Gonçalves da Conceição, representante da Associação Nacional dos Atingidos por Barragens -
41 ANAB; Conselheiro Suplente Rafael Machado da Silva, representante do Movimento Nacional
42 População de Rua - MNPR; Conselheiro Suplente Sinésio Luiz Antônio, representante da Obra
43 Kolping do Brasil - OKB; Conselheira Suplente Solange Teixeira, representante do Ministério do
44 Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS. **ABERTURA 17/07/2024:**
45 O Presidente do CNAS Edgilson Tavares de Araújo, representante da Secretaria Nacional de
46 Assistência Social - SNAS/MDS, iniciou a 329ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
47 Assistência Social - CNAS cumprimentando a todas(os). Em seguida, solicitou à Sra. Thaís Pereira
48 Braga, Secretária-Executiva Substituta do CNAS, que realizasse a verificação do quórum. Verificada
49 a existência de quórum, o Presidente Edgilson Tavares de Araújo realizou a leitura da pauta proposta,
50 que estava composta pelos seguintes itens: Dia 08/07/2024: 9h às 16h - Reunião virtual da Comissão
51 de Normas da Assistência Social para apresentação do Relatório Trimestral de 2024, com as
52 informações sobre os processos de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social,
53 referentes aos 1º e 2º trimestre de 2024; 10h30 às 12h - Reunião virtual conjunta da Comissão de
54 Normas da Assistência Social e da Comissão de Política da Assistência Social para esclarecimento
55 sobre a natureza e estrutura do Centro de Referência Especializada para Pessoas em Situação de Rua
56 - Centro Pop. Dia 09/07/2024: 9h às 12h - Reunião virtual da Comissão de Controle Social das

57 Deliberações das Conferências de Assistência Social para apreciação do Plano de Ação da Comissão.
58 Dia 16/07/2024: 9h às 12h - Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência
59 Social para apreciação do Plano de Ação da Comissão; Reunião da Comissão de Financiamento e
60 Orçamento da Assistência Social para análise da proposta orçamentária para 2025; Reunião da
61 Comissão de Política da Assistência Social para debater a relação do Sistema Único de Assistência
62 Social - SUAS com o Sistema de Justiça no âmbito da política antimanicomial; Reunião da Comissão
63 Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda para análise do Plano
64 de Ação da gestão 2024/2026; 14h às 16h - Reunião conjunta da Comissão de Política de Assistência
65 Social, da Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda
66 e da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social para revisão e atualização
67 da Resolução CNAS nº 15/2014; 16h às 16h30 - Reunião conjunta das Comissões de Normas e
68 Financiamento para debater critérios para aplicação de recursos do crédito extraordinário da situação
69 de emergência e calamidade no Rio Grande do Sul; 16h40 às 21h - Reunião da Presidência Ampliada
70 - PA do CNAS. Dia 17/07/2024 - 329ª Reunião Ordinária do CNAS: 9h às 10h - Reunião interna de
71 alinhamento dos representantes de segmentos que compõem o CNAS; 10h às 10h30 - Aprovação da
72 ata da 328ª Reunião Ordinária e da pauta da 329ª Reunião Ordinária do CNAS; 10h30 às 12h - Relato
73 da reunião da Comissão de Política da Assistência Social; 14h às 16h - Encaminhamentos do CNAS
74 em relação às demandas relacionadas aos hospitais de custódia e enviadas pelo Sistema de Justiça.
75 Convidadas(os): Regis Spindola, Diretor do Departamento de Proteção Social Especial -
76 DPSE/SNAS; e Denise Colin, Assistente Social do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça de
77 Assistência Social, Pesquisadora do Núcleo de Direitos Humanos e Professora do curso de Serviço
78 Social da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR; 16h às 17h - Relato da reunião da
79 Comissão de Normas da Assistência Social; 17h às 18h - Relato da reunião da Comissão de Controle
80 Social das Deliberações das Conferências de Assistência Social. Dia 18/07/2024: 9h às 10h -
81 Apresentação sobre o funcionamento do CNAS. Convidada: Secretária Executiva do CNAS; 10h às
82 12h - Apresentação sobre o funcionamento das Secretarias do MDS. Convidadas(os): Secretária
83 Nacional da Política de Cuidados e Família - SNCF; Secretária Nacional de Inclusão Socioeconômica
84 - SISEC; Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN; e Secretária
85 Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome; 14h às 15h - Relato da reunião da Presidência
86 Ampliada do CNAS; 15h às 16h - Relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da
87 Assistência Social; 16h às 17h - Relato da reunião da Comissão Acompanhamento de Benefícios

88 Socioassistenciais e Transferência de Renda; 17h às 18h - Relato da reunião da Comissão de
89 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social, informes da Presidência, Secretaria
90 Executiva, Comissão Intergestores Tripartite - CIT, SNAS/MDS, Fórum Nacional de Secretárias(os)
91 de Estado da Assistência Social - FONSEAS, Colegiado Nacional de Gestores Municipais de
92 Assistência Social - CONGEMAS e Conselheiros. Não havendo manifestações, a pauta da 329ª
93 Reunião Ordinária do CNAS foi aprovada pela unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes. Ato
94 contínuo, a Ata da 328ª Reunião Ordinária do CNAS foi aprovada pela unanimidade das(os)
95 conselheiras(os) presentes. Após, passou-se ao relato da reunião da Comissão de Política da
96 Assistência Social, realizada no dia 16 de julho de 2024. Com a palavra, o Conselheiro Titular Régis
97 Spíndola, MDS, elencou as(os) conselheiras(os), colaboradoras(es), participantes e membros da
98 Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus
99 encaminhamentos, sendo eles: 1. Ratificação da indicação da(o) coordenador(a) adjunta(o) da
100 Comissão. Encaminhamento: A Comissão ratificou a indicação do Conselheiro Regis Aparecida
101 Andrade Espíndola como coordenador e da Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues como
102 coordenadora adjunta. 2. Minuta da Resolução que caracteriza e estabelece diretrizes, parâmetros e
103 critérios das ofertas de assessoramento e/ou defesa e garantia de direitos no âmbito do Sistema Único
104 de Assistência Social por entidades e organizações da Sociedade Civil de Assistência Social.
105 Encaminhamentos: a) Levar às considerações da Presidência Ampliada a ampliação no período da
106 consulta pública de 30 dias com prorrogação de mais 30 dias; b) Concomitante à consulta pública,
107 que se abra prazo aos conselheiros do CNAS para as contribuições; c) Incluir uma sessão na
108 Resolução e/ou construir uma orientação específica sobre a transição entre a Resolução atual, nº 27,
109 e a proposta da nova Resolução; e d) Definir um período para tal e solicitar que o relatório do GT seja
110 socializado com todos os conselheiros. Determinou-se que a leitura na íntegra e os comentários sobre
111 a Resolução seriam feitos durante o relato da reunião da Comissão de Normas. 3. Relação do SUAS
112 com o sistema de justiça e a política antimanicomial. A SNAS-MDS tem dialogado com o Sistema
113 de Justiça e a Saúde com o objetivo de definir os limites e competências da política de assistência
114 social no atendimento aos egressos dos hospitais de custódia e construir fluxos que sejam viáveis para
115 os municípios. O prazo para a desinstitucionalização, que inicialmente era até agosto de 2024, será
116 flexibilizado pelo Supremo Tribunal Federal para os estados que apresentarem solicitações e
117 justificativas. Para elaborar sua parte da política de assistência social, a SNAS montou um Grupo de
118 Trabalho interno com representantes dos seus departamentos, do CONGEMAS, do FONSEAS e do

119 CNAS. Encaminhamento: a) A Comissão indica a Conselheira Andréa Fernandes Teixeira em
120 substituição à ex-Conselheira Simone Gomes para compor o GT de Assistência Social no âmbito do
121 Comitê Interinstitucional de Implementação e Monitoramento da Política Antimanicomial do Poder
122 Judiciário em Interface com as Políticas Sociais - CONIMPA, permanecendo também a indicação
123 anterior da Conselheira Ana Lúcia Soares; b) Que o CNAS solicite ao Conselho Nacional de Justiça
124 - CNJ a alteração ou correção do texto do manual referente à Resolução n° 487/2023 a partir dos
125 subsídios do GT; c) Que o CNAS encaminhe o ofício circular aos Conselhos Estaduais de Assistência
126 Social - CEAS e do Distrito Federal solicitando o diálogo com a Secretaria de Estado e do Distrito
127 Federal de Assistência Social e os Tribunais de Justiça Estaduais sobre a necessidade de prorrogação
128 do prazo para o cumprimento dos efeitos da resolução CNJ n° 487/2023 de acordo com a realidade
129 local; d) Que o CNAS encaminhe ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP a solicitação
130 de instituição de comissão permanente para a discussão da política de assistência social; e) Que, a
131 partir das aprovações da Resolução pactuada na CIT e de Resolução deliberada no CNAS com os
132 parâmetros de atuação dos SUAS no atendimento aos egressos das hospitais de custódias, da revisão
133 do manual do CNJ e da publicação do protocolo do CONIMPA, o CNAS solicite ao MDS a
134 apresentação de possíveis ações a serem realizadas para a capacitação das equipes no aprimoramento
135 dos serviços contemplando os temas de: serviços, benefícios, transferência de renda, cadastro único,
136 cuidados e inclusão socioproductiva; f) Sugerir à Comissão de Acompanhamento de Benefícios
137 Socioassistenciais e Transferência de Renda a discussão do conceito da avaliação biopsicossocial,
138 contemplando a resolução CNJ n° 487/2023, e seus impactos para o Benefício de Prestação
139 Continuada - BPC e demais benefícios socioassistenciais e de transferência de renda. 4. Definição da
140 pauta, convidados, se houver, e definição do principal ponto de pauta da reunião da Comissão de
141 Políticas para agosto de 2024. Encaminhamento: Manhã: funcionamento e fluxo de trabalho das
142 comissões, discussão da indicação de membros externos da Comissão e plano de ação da Comissão
143 gestão 2024-2026 (principal ponto de pauta). Tarde: sugestão de reunião conjunta com a Comissão
144 de Financiamento para apreciação do relatório semestral do Programa de Fortalecimento Emergencial
145 do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social - PROCAD-SUAS.
146 Convidados: Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único - SAGICAD e SNAS.
147 Outros assuntos: Despacho n° 1004/2024 do Gabinete SNAS-MDS, dirigido ao Departamento de
148 Proteção Social Especial - DPSE, Departamento de Gestão do SUAS - DG-SUAS e CNAS, e
149 definição da pauta de convidados, se houver, e do principal ponto de pauta da reunião da Comissão

150 de Políticas da Assistência Social de setembro de 2024. Não havendo observações, o relato da reunião
151 da Comissão de Políticas da Assistência Social foi aprovado pela unanimidade das(os)
152 conselheiras(os) presentes. Após, avançou-se ao relato da reunião da Comissão de Controle Social
153 das Deliberações das Conferências de Assistência Social, realizada em 09 de julho de 2024. Com a
154 palavra, a Conselheira Titular Shirley de Lima Samico, MDS, elencou as(os) conselheiras(os),
155 colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os
156 pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: 1. Ratificação da indicação da(o)
157 coordenador(a) e coordenador(a) adjunta(o) da Comissão. Encaminhamento: A Conselheira Shirley
158 Samico foi apontada como coordenadora e a Conselheira Maria Carolina Alves como coordenadora
159 adjunta. 2. Funcionamento e fluxo da Comissão, com apresentação da Secretaria Executiva. 3.
160 Apreciação do Plano de Ação da Comissão, que estava em andamento. Por sugestão do Presidente
161 Edgilson Tavares de Araújo, todos os Planos de Ação serão aprovados na reunião subsequente,
162 quando estiverem completos. 4. Calendário das reuniões mensais da Comissão. Encaminhamento: a)
163 Reforçar na PA a necessidade das reuniões das Comissões serem realizadas de forma presencial; b)
164 Sugestão de cronograma de reuniões virtuais: dia 05 de agosto de 2024, período da manhã. 5. Proposta
165 de alinhamento dos nomes de convidados e pesquisadores para compor a Comissão. A Comissão
166 discutiu sobre o ponto de pauta conforme Artigo 32 do Regimento Interno do CNAS, que afirma que
167 a composição das comissões pode ter quatro membros externos com expertise nos assuntos de sua
168 responsabilidade, sendo dois indicados pelo governo e dois pelo segmento da sociedade civil do
169 CNAS. Encaminhamento: A avaliação será feita pelos segmentos do Governo e Sociedade Civil e o
170 ponto de pauta constará na pauta de agosto para apreciação da comissão. O Presidente Edgilson
171 Tavares de Araújo lembrou que todas as comissões devem enviar suas indicações para a PA até o mês
172 de agosto de 2024. 6. Proposta de pauta de agosto de 2024, com os respectivos convidados e principal
173 ponto de pauta: 6.1. Continuidade da apreciação do Plano de Ação; 6.2. Apresentar a avaliação das
174 deliberações e verificar a possibilidade de intersecções com vista a organizar o envio das deliberações
175 tanto para as comissões quanto para a área específica no MDS; 6.3. Proposta de alinhamento dos
176 nomes de convidados ou pesquisadores para compor a Comissão; 6.4. Proposta de pauta de setembro
177 de 2024, com os respectivos convidados e principal ponto de pauta. Não havendo observações, o
178 relato da reunião da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências de Assistência
179 Social foi aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes. Como ainda havia tempo
180 disponível, antecipou-se também o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos

181 Conselhos de Assistência Social, realizada em 16 de julho de 2024. Com a palavra, a Conselheira
182 Titular Margareth Alves Dallaruvera, CNTSS/CUT, elencou as(os) conselheiras(os),
183 colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os
184 pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: 1. Ratificação da(o) coordenador(a)
185 e coordenador(a) adjunta(o) da Comissão. Encaminhamento: A Comissão ratificou como
186 Coordenadora a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera e como coordenador adjunto o Conselheiro
187 Ismael Ultino Tavalone. 2. Funcionamento e fluxo de trabalho da Comissão, com apresentação da
188 Secretaria Executiva. 3. Plano de Ação da Comissão. Encaminhamento: Pautar o Plano de Ação da
189 Comissão em agosto para dar continuidade na sua apreciação a partir da terceira meta. 4. Avaliação
190 da reunião trimestral do CNAS, realizada nos dias 18 e 19 de junho de 2024. Encaminhamento:
191 Solicitar reuniões preferencialmente online com os CEAS de Tocantins e Rondônia, e em seguida
192 com a gestão de ambos os estados, para tratar das dificuldades enfrentadas pelos CEAS e relatadas
193 na reunião trimestral. 5. Indicação de membros externo convidado para compor a Comissão.
194 Encaminhamento: Que o tema seja discutido na reunião de alinhamento dos segmentos e que seja
195 pautado na reunião de agosto da Comissão. 6. Apreciação dos encaminhamentos das reuniões
196 regionais Nordeste, realizadas em Fortaleza, e Norte, realizada em Santarém, e avaliação das reuniões
197 regionais. Encaminhamento: Enviar para os conselheiros da Comissão o material sistematizado pela
198 Secretaria Executiva e pautar na reunião de agosto. 7. Apreciação dos encaminhamentos do 1º
199 Encontro das Secretarias Executivas, realizado no Rio de Janeiro. Encaminhamento: Enviar para os
200 conselheiros da Comissão o material sistematizado pela Secretaria Executiva e pautar na reunião de
201 agosto. 8. Outros assuntos. 8.1. E-mail do Conselho Municipal de Assunto Social de Franca/SP, de
202 28 de maio de 2024, onde solicita uma reunião online de apoio técnico acerca do processo de inscrição
203 de entidades, serviços, programas e projetos do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.
204 Encaminhamento: a) Solicitar ao: SAGICAD, Departamento de Rede Socioassistencial Privada do
205 SUAS - DRSP, SNAS e MDS que entrem em contato com o Conselho para atender a demanda; b)
206 Responder ao demandante de que o DRSP entrará em contato para as tratativas de apoio técnico. 8.2.
207 Demanda FalaBR, do município de Laguna/SC, a qual solicita orientações sobre possível
208 irregularidade no CMAS. Encaminhamento: a) Solicitar ao Departamento do Fundo Nacional de
209 Assistência Social - DFNAS informações se há irregularidade no uso dos recursos e encaminhar para
210 o CEAS Santa Catarina as referidas informações recebidas do Fundo; b) Solicitar ao CEAS Santa
211 Catarina que verifique se há conflito de interesse na demanda apresentada; c) Encaminhar resposta

212 ao FalaBR, informando que foram solicitadas as devidas providências aos CEAS, e que o denunciante
213 pode acionar outras instâncias como o Ministério Público. Conforme solicitação da plenária, definiu-
214 se que o prazo para resposta do CEAS seria até a próxima reunião da Comissão. 8.3. Ofício do CEAS
215 Amapá que solicita assessoramento e capacitação para seus novos conselheiros. Encaminhamento:
216 Agendar data online ou presencial para capacitação e enviar um representante da Secretaria Executiva
217 do CNAS e um conselheiro ou conselheira governamental ou da sociedade civil. 8.4. Ofício do CMAS
218 Rubiataba/GO solicitando fortalecer vínculos e parcerias com o CNAS. Encaminhamento: Enviar um
219 ofício agradecendo e informando que as reuniões do CNAS são transmitidas pelo *YouTube*, caso
220 queiram acompanhar as discussões, e abertas ao público de forma presencial e que constam no Plano
221 de Ação estratégias de aproximação do CNAS com os CMAS. 9. Proposta de pauta para a próxima
222 reunião e ponto principal. 9.1. Plano de Ação. 9.2. Indicação de membro externo convidado para
223 participar da Comissão. 9.3. Apreciação dos encaminhamentos das reuniões regionais Nordeste,
224 realizado em Fortaleza, e Norte, realizada em Santarém, e avaliação das reuniões regionais. 9.4.
225 Apreciação dos encaminhamentos do 1º Encontro das Secretarias Executivas, realizado no Rio de
226 Janeiro. 9.5. Criar GT para realizar análise e propor melhorias no processo eleitoral da sociedade civil
227 nos Conselhos de Assistência Social (principal ponto de pauta). 9.6. Programação da reunião
228 trimestral. Não havendo observações, o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos
229 Conselhos de Assistência Social foi aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes.
230 Após, passou-se ao relato da reunião conjunta da Comissão de Normas da Assistência Social e da
231 Comissão de Política da Assistência Social, realizada em 08 de julho de 2024. Com a palavra, o
232 Conselheiro Titular Régis Spíndola elencou as(os) conselheiras(os), colaboradoras(es), participantes
233 e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus
234 encaminhamentos, sendo eles: 1. Esclarecimento sobre a natureza e estrutura do Centro de Referência
235 Especializado para Pessoas em Situação de Rua - Centro Pop. As Comissões de Normas e de Política
236 da Assistência Social debateram sobre a natureza da gestão dos serviços ofertados pelos Centros Pop
237 e da necessidade de definir diretrizes e parâmetros para inscrição das ofertas socioassistenciais nos
238 Conselhos de Assistência Social dos municípios e Distrito Federal, caso o Conselho manifeste pela
239 execução por entidades ou organizações da sociedade civil no âmbito do Serviço Especializado para
240 Pessoas em Situação de Rua, que devem ser referenciadas à Unidade Pública Estatal Centro Pop,
241 visando assegurar a efetiva e adequada prestação dos serviços. Encaminhamentos: a) Levantar as
242 solicitações recebidas na SNAS e no CNAS referentes à essa pauta. Incluir no levantamento as

243 experiências e instrumentos legais utilizados, quando houver parcerias; b) Solicitar à SNAS a
244 apresentação, em uma próxima reunião das Comissões de Normas e de Política, dos dados do Censo
245 SUAS sobre os Centros Pop e das informações do Censo SUAS e do Censo Gestão sobre a
246 modalidade de execução dos Centros Pop; c) Solicitar ao Grupo de Trabalho da Comissão
247 Intergestores Tripartite - GT-CIT o acompanhamento do Plano de Ação e monitoramento da Política
248 Nacional para a População em Situação de Rua, que discuta a natureza e estrutura dos Centros Pop e
249 a execução das ofertas socioassistenciais eventualmente realizadas em parceria com organizações da
250 sociedade civil, de forma a apresentar subsídios ao CNAS para normatização complementar. Para
251 tanto, solicita que representantes das Comissões de Normas e de Política sejam convidados para
252 participação no debate no GT-CIT, para acompanhar essa temática, bem como que o GT faça a
253 discussão do financiamento nas três esferas. Indicação de conselheiros para acompanhar esse debate
254 no GT-CIT: Conselheira Jucileide do Nascimento, da Comissão de Normas, Conselheira Eutália
255 Rodrigues e Conselheiro Régis Spindola, da Comissão de Política; d) Observar os Planos de Ação
256 das Comissões de Política e de Normas referente à revisão da Resolução CNAS nº 109/2009; e)
257 Responder ao demandante e informar as providências que estão sendo tomadas no âmbito do CNAS;
258 f) A partir do resultado da reunião do GT-CIT, os Coordenadores das Comissões de Normas e de
259 Política proporão à Presidência Ampliada uma reunião conjunta e convidarão a CONJUR/MDS para
260 acompanhar a reunião, conforme prevê o Artigo 13 do Regimento Interno do CNAS; g) Consultar a
261 CONJUR, ao término do processo de discussão, com eventual proposta de Resolução, sobre
262 posicionamento jurídico de eventual vedação ao serviço executado por meio de parceria. O Presidente
263 Edgilson Tavares de Araújo relatou que a demanda sobre os Centros Pop foi encaminhada por
264 diversos estados e que por ora quaisquer dúvidas a respeito dele deveriam ser respondidas de acordo
265 com o texto lido. Não havendo observações, o relato da reunião conjunta da Comissão de Normas da
266 Assistência Social e da Comissão de Política da Assistência Social foi aprovado pela unanimidade
267 das(os) conselheiras(os) presentes. Com a palavra, a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera
268 requisitou que a Secretaria Executiva compartilhasse a sistematização do material colhido na reunião
269 descentralizada realizada no Rio de Janeiro, o que foi acatado. Após o intervalo, passou-se ao
270 encaminhamento do CNAS em relação às demandas relacionadas aos hospitais de custódia e
271 encaminhadas pelo Sistema de Justiça. Com a palavra, o Conselheiro Régis Spíndola, convidado a
272 falar como Diretor do Departamento de Proteção Social Especial - DPSE/SNAS, iniciou explicando
273 que a Resolução CNJ nº 487/2023 é uma resposta do Estado brasileiro à violação de direitos apontada

274 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos contra as pessoas com sofrimento mental e em
275 conflito com a lei, que eram internadas nos hospitais de custódia. Disse que a discussão estava em
276 andamento desde 2021, mas que a assistência social não tinha sido convidada a participar, e que a
277 Resolução foi publicada em fevereiro de 2023, estabelecendo diretrizes pautadas no respeito à
278 dignidade humana e adotando um modelo assistencial de saúde mental definido pelo Sistema de
279 Justiça e de Saúde. Citou dois pontos fundamentais da Resolução que embarcam no escopo da
280 assistência social: o fechamento da porta de entrada dos hospitais de custódia e o encerramento das
281 suas atividades, sendo os prazos adiados de fevereiro e novembro de 2023 para fevereiro e agosto de
282 2024, respectivamente. Falou que o Ministro Flávio Dino chegou a suspender o prazo de fechamento
283 dos hospitais, decisão suspendida pelo Ministro Edson Fachin, que entretanto permitiu que os Estados
284 solicitem a prorrogação do prazo individualmente de acordo com as suas realidades. Reiterou que os
285 Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico - HCTPs não são da rede do SUS, e sim parte do
286 sistema penitenciário. Tratou sobre a instituição do Comitê Nacional Interinstitucional de
287 Implementação e Monitoramento da Política Antimanicomial no Poder Judiciário - CONIMPA, do
288 qual a assistência social faz parte desde outubro de 2023. Explicou que a participação da assistência
289 social na discussão partiu da própria pasta, preocupada que os HCTPs fossem substituídos pelo
290 acolhimento na rede socioassistencial, gerando ainda mais fragilidades e inseguranças. Citou que
291 havia hospitais de custódia em 23 estados, alguns dos quais já tinham programas específicos junto
292 aos seus tribunais de justiça e outros que sequer tinham conhecimento da Resolução, demonstrando
293 falta de articulação. Julgou que a maior fragilidade do processo é a discussão entre as áreas da saúde
294 e da assistência social e indicou a imposição aos serviços socioassistenciais enquanto substitutivos
295 dos HCTPs. Acrescentou que eram aproximadamente 4 mil pessoas nos hospitais, das quais metade
296 já teria passado pelo processo de desinstitucionalização. Após, explicou que o CNJ publicou um
297 manual geral do processo de desinstitucionalização, em parceria com o Ministério da Saúde e o
298 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, onde a assistência social é citada de
299 maneira que julgou equivocada. Afirmou que a relação da assistência social com o CNJ já avançou
300 muito desde o começo da discussão, que já foi feito um acordo da SNAS com o CNJ para revisão do
301 manual e que foi instituído um Grupo de Trabalho para subsidiar a participação do SUAS no debate.
302 Tratou, ainda, sobre o protocolo interinstitucional que visa estabelecer encaminhamentos e percursos
303 a partir da Resolução do CNJ, que adequa alguns dos erros apresentados no manual envolvendo as
304 competências da assistência social. Somou que o GT-CIT sobre o tema construiu uma primeira minuta

305 de Resolução com alguns parâmetros para a relação entre a assistência social e as demais políticas no
306 âmbito da proteção das pessoas que são egressas dos hospitais de custódia, texto que deve ser
307 discutido no CNAS no mês de setembro. Reforçou que o processo de desinstitucionalização dos
308 hospitais de custódia é um avanço tanto civilizatório quanto da política antimanicomial, mas que a
309 assistência social não é a condutora do processo nem pode ser responsabilizada para além de suas
310 funções no fluxo de proteção. Ato seguinte, a Sra. Denise Colin, Assistente Social do Centro de Apoio
311 às Promotorias de Justiça de Assistência Social, Pesquisadora do Núcleo de Direitos Humanos e
312 Professora do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR,
313 discorreu acerca da violação de direitos dos hospitais de custódia em contrapartida à fragilidade da
314 rede de proteção instalada, além da falta de abertura da sociedade para tratar da temática da saúde
315 mental. Descreveu os caminhos das audiências de custódia que levam à institucionalização e explicou
316 que, embora parte da responsabilidade seja da saúde por envolver questões de saúde mental, a rede
317 de atenção psicossocial não está preparada para receber a demanda. Elucidou que, na falta de estrutura
318 adequada dentro do sistema de saúde, a demanda pode ser encaminhada para a assistência social, o
319 que gera preocupação, dada a fragilidade dos serviços e a falta de preparo dos profissionais. Indicou
320 estratégias a serem desenvolvidas pelo CNAS para suprir as questões iminentes, sendo elas: alterar
321 da redação do manual; mobilizar e articular o CNAS e a CIT em parceria com a saúde para
322 desenvolver protocolos e fluxos; e reproduzir os grupos de discussão nos níveis estaduais e
323 municipais. Relatou o plano de trabalho desenvolvido no Estado do Paraná, cuja primeira ação foi
324 fazer o diagnóstico do perfil da população que estava nos hospitais de custódia, seguida pelo
325 detalhamento da tendência de crise e das demandas de cada serviço. Posteriormente, contou que foi
326 feito um chamamento para aquisição de vagas na rede privada de saúde em âmbito regional para
327 acolhimento das pessoas. Discorreu acerca das equipes interdisciplinares para articulação, a do
328 sistema de justiça, chamada de Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada - APEC, e a do sistema
329 de saúde, a Equipe de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa
330 com Transtorno Mental - EAP, que é prevista em Lei, mas é praticamente inexistente. Somou que não
331 há financiamento nem na saúde nem na assistência social para as demandas apresentadas e que o
332 Legislativo, responsável pelo cofinanciamento da rede de serviços, sequer estava envolvido no
333 debate. Falou sobre a desinstitucionalização gradual e os encaminhamentos possíveis, assim como os
334 fluxos e protocolos, que serão publicados em uma Instrução Normativa. Relatou o plano de trabalho
335 desenvolvido, que tratará da desinstitucionalização a curto prazo, do fortalecimento a médio prazo e

336 das alternativas de atendimento integrado a longo prazo. Falou sobre a equipe interdisciplinar do
337 Tribunal de Justiça, composta por pessoas de referência para articulação com as redes. Concluiu que
338 o tema seria retomado no CNAS e na CIT assim que a Instrução Normativa ficar pronta, com o
339 objetivo de demarcar os limites da atribuição da política de assistência social. Agradeceu, ainda, a
340 aprovação da solicitação para que o Conselho Nacional do Ministério Público tenha uma subcomissão
341 que trate da política de assistência social. Após, o Conselheiro Régis Spíndola anunciou que o CNJ
342 lançou o Fórum de Seguridade Social para regular a atuação dos magistrados em matérias da
343 assistência social, fruto do esforço do CNAS. Iniciando as colaborações, o Conselheiro Thiago
344 Cabral, FEBRAEDA, questionou se eram apenas 4 mil pessoas que estavam nos hospitais de custódia
345 e eram público-alvo da assistência social e perguntou qual é a função das comunidades terapêuticas.
346 A seguir, o Conselheiro Heitor Santos, CONGEMAS, criticou a definição dos serviços de assistência
347 social pelo porte dos municípios, indagou o status atual de cada estado acerca da questão apresentada
348 e reforçou que precisa haver uma pactuação entre assistência social e saúde. Continuamente, o
349 Conselheiro Elias Oliveira, CONGEMAS, refletiu sobre os elementos operacionais e sobre o impacto
350 da demanda nos municípios de pequeno porte, tratando da importância do debate da regionalização.
351 Falou também sobre o diagnóstico preciso como medida fundamental para o acompanhamento dos
352 egressos e disse que é preciso aprimorar o papel de vigilância, indicando que poderia ter sido previsto
353 que alguma responsabilidade recairia sobre a assistência social quando da aprovação do fechamento
354 dos hospitais de custódia e que ações poderiam ter sido tomadas precocemente. Na sequência, a
355 Conselheira Maria Aparecida Vicente, FENAS, insistiu que não há recursos financeiros para as
356 questões apresentadas, o que precisa ser debatido, e relatou o impacto das demandas judiciais nos
357 trabalhadores do SUAS. Já a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera parabenizou a apresentação,
358 lembrou que o sistema judiciário não é igual no país todo e questionou se os protocolos padronizados
359 entre o SUAS e o Sistema de Justiça avançaram. Então, o Conselheiro Rafael Machado, MNPR,
360 também elogiou a apresentação, relatou sua experiência como usuário do Centro de Atenção
361 Psicossocial - CAPS e de manicômios e resumiu a reunião da CIT que tratou sobre o tema. Discorreu
362 sobre a problemática do financiamento, da preocupação de uma possível transformação dos Centros
363 Dia em serviços de alta complexidade e pediu que a assistência social não aceite o autoritarismo da
364 justiça. Em resposta, o Conselheiro Régis Spíndola apresentou a distribuição dos 4 mil internos entre
365 os estados explicando que, embora todos possam ser atendidos pela assistência social, nem todos
366 necessitam de acolhimento. Sobre as comunidades terapêuticas, confirmou que não são unidades para

367 encaminhamento dos usuários. Insistiu que o CNAS e a CIT precisam elaborar uma resolução com
368 os parâmetros internos da assistência social, concordou com o debate da regionalização, lembrou que
369 as resoluções não são o fim do debate, uma vez que ainda serão construídos o manual e o protocolo
370 para respaldo delas, e ecoou a urgência de financiamento. A Sra. Denise Collin complementou que o
371 Sistema Judiciário tem dificuldades para compreender as competências das políticas públicas da
372 saúde e da assistência social, assim como as diferenças entre transtorno mental e deficiência mental.
373 Reforçou que o objetivo é que a assistência social comunique à saúde sobre famílias em
374 acompanhamento socioassistencial com demandas relacionadas ao escopo dela. Concordou com as
375 posições sobre a falta de financiamento e declarou que é preciso promover o diálogo com a sociedade
376 e com os usuários através de linguagem simplificada. Com a palavra, a Vice-Presidente Márcia de
377 Carvalho Rocha, FENAPAES, discorreu acerca das lutas envolvendo a identificação das pessoas com
378 deficiência pelo índice de funcionalidade, fornecido por uma equipe multidisciplinar. Destacou que
379 o termo “deficiência biopsicossocial” pode desencadear um crescimento na busca pelo BPC, o que
380 também precisa ser discutido para não enfraquecer ainda mais a política de assistência social.
381 Seguindo para os encaminhamentos, o Presidente Edgilson Tavares de Araújo iniciou pela correção
382 do manual do CNJ, conforme encaminhado anteriormente, e propôs uma agenda conjunta com o
383 Conselho Nacional de Saúde com o objetivo de elaborar resoluções e protocolos interconselhos. Disse
384 que provavelmente seria agendada uma reunião extraordinária para aprovação da pactuação feita na
385 reunião subsequente da CIT. Declarou que parte do orçamento dos hospitais de custódia deve ser
386 remanejado para o SUAS e que também seria preciso promover a articulação entre a assistência social
387 e o legislativo. Reiterou que é preciso divulgar e explicar a Resolução, assim como aprová-la apenas
388 após as devidas articulações com o legislativo e com o acompanhamento da Frente de Defesa do
389 SUAS. A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera sugeriu agendar uma reunião do CNAS com as
390 Frentes de Defesa do SUAS e do SUS e a Conselheira Emilene Araújo, Sociedade Bíblica do Brasil,
391 pediu para que os encaminhamentos da Comissão de Política sejam considerados, ambas as sugestões
392 sendo acatadas. Após, o Conselheiro Eduardo Dalbosco, SISEC/MDS, questionou o prazo de
393 execução da Resolução, dada a falta de preparo do SUS e SUAS para acolher as demandas, ao que o
394 Conselheiro Régis Spíndola lembrou que o STF já decidiu sobre a manutenção dos prazos expostos,
395 mas que os estados podem pedir prorrogação, e sugeriu que o CNAS oriente os CEAS sobre o
396 processo. Por fim, os encaminhamentos foram aprovados. Ato seguinte, passou-se o relato da reunião
397 da Comissão de Normas da Assistência Social, realizada em 08 de julho de 2024, com o apoio das(os)

398 representantes da CONJUR. Com a palavra, o Conselheiro Titular Elias de Sousa Oliveira elencou
399 as(os) conselheiras(os), colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do
400 CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: 1.
401 Ratificar a indicação da(o) coordenador(a) e da(o) coordenador(a) adjunta(o) da Comissão na
402 condição de titular. Encaminhamento: A Comissão elegeu o Conselheiro Elias de Sousa Oliveira
403 como coordenador e o Conselheiro Heitor Márcio Pinheiro Santo como coordenador adjunto. 2.
404 Apresentação do funcionamento e fluxo de trabalho da Comissão pela Secretaria Executiva. 3.
405 Apresentação do Relatório Trimestral de 2024 com as informações sobre os processos de Certificação
406 de Entidades Beneficentes de Assistência Social, referentes aos 1º e 2º trimestre de 2024. Convidado:
407 Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS/SNAS. Pontos considerados importantes
408 no debate: a) Esclarecimentos sobre a situação que se encontra a certificação; b) Foi ressaltado que
409 as entidades não têm respondido as diligências dos processos, o que gera indeferimento. Para sanar
410 tal situação, o Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS estava tentando fazer
411 contato com essas entidades diligenciadas; c) Realização de apoios técnicos junto aos CEAS e
412 CMAS para melhor capacitar as equipes dos conselhos de assistência social e de gestão; d) Abertura
413 e divulgação dos canais de comunicação e automatização de procedimentos para melhorar a
414 interlocução, transparência nas consultas e esclarecimentos de dúvidas; e) Os desafios enfrentados
415 para análises dos processos e indeferimentos; f) O pequeno número de entidades certificadas nas
416 Regiões Norte e Nordeste, o que gera a necessidade de haver uma divulgação com linguagem de fácil
417 compreensão. Os convidados apontaram também as dificuldades devido à localização e que se faz
418 necessária a qualificação dos processos, capacidade de ofertas, acesso aos recursos; g) Necessidade
419 de fortalecer as contribuições dos CEAS e CMAS e ampliar os processos de informações acerca dos
420 processos de registros das entidades da sociedade civil. Encaminhamentos: a) Dialogar com os CEAS
421 e CMAS acerca da ampliação e da qualidade das informações e comunicação sobre o processo de
422 registros e Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS; b) Disponibilizar a
423 apresentação no *Google Drive*; c) Encaminhar o relatório para os CEAS e CAS/DF. Sobre a questão,
424 o Presidente Edgilson Tavares de Araújo informou que metade dos quase 2.400 processos
425 acumulados foram diligenciados desde fevereiro de 2024 e registrou o grande número de pedidos de
426 concessão do Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS, especialmente
427 de entidades que atuam com assessoramento, defesa e garantia de direitos. Informou que o número
428 de indeferimentos é alto devido à requisitos formais não cumpridos e anunciou o lançamento do

429 OSCAS, robô do *WhatsApp* para consulta de processos e cuja sigla significa Organização da
430 Sociedade Civil de Assistência Social. Após, o Conselheiro Thiago Cabral questionou quantos
431 processos estavam suspensos por conta da situação de calamidade no Rio Grande do Sul e as
432 consequências disso, ao que o Presidente Edgilson Tavares de Araújo respondeu que são menos de
433 120 processos, a maioria de renovação, e que não há consequências, uma vez que os prazos foram
434 prorrogados. Seguiu-se ao relato da reunião com o item 4. Reunião Conjunta da Comissão de Normas
435 e da Comissão de Política. Assunto: Esclarecimento sobre a natureza e estrutura do Centro de
436 Referência Especializada para Pessoas em Situação de Rua - Centro Pop. O relato conjunto foi
437 aprovado. 5. Leitura dos encaminhamentos do relatório do GT de Assessoramento, Defesa e Garantia
438 de Direito e leitura da minuta de alteração da Resolução CNAS no 27/2011. Encaminhamentos: a)
439 Submeter a minuta de resolução à Comissão de Política para apreciação e contribuições na reunião
440 do dia 16 de julho. A minuta será lida no relato da Comissão de Normas na plenária do dia 17 de
441 julho; b) Convidar a CONJUR para participar do relato da Comissão de Normas na plenária, no dia
442 17 de julho; c) Colocar a minuta em consulta pública por 20 dias; d) Após consulta, sistematização
443 das informações pelas comissões de Política e Normas em reunião conjunta; e) Após sistematização
444 submeter a CONJUR; f) Submeter ao pleno para aprovação e convidar a CONJUR. O Presidente
445 Edgilson Tavares de Araújo lembrou que não seria feitas intervenções na minuta, sendo que as
446 considerações poderiam ser feitas pela consulta pública, e o Conselheiro Elias de Sousa Oliveira fez
447 a leitura do documento. Ato seguinte, o Conselheiro Ismael Ultino Tavalone, MONPAD, pediu que
448 fossem corrigidas as flexões de gênero no texto e a Conselheira Emilene Oliveira de Araújo lembrou
449 os encaminhamentos pendentes da Comissão de Política que dependiam da leitura da Resolução. A
450 seguir, o Conselheiro Régis Spíndola releu os encaminhamentos em questão, a saber: a) Ampliação
451 no período de Consulta Pública para 30 dias, com prorrogação de mais 30 dias; b) Concomitante à
452 Consulta Pública, que se abra prazo aos conselheiros do CNAS para contribuições; c) Incluir uma
453 seção na Resolução e/ou construir orientação específica sobre a transição entre a Resolução nº 27
454 atual e a proposta da nova resolução, e definir um período para tal; d) Solicitar que o relatório do GT
455 seja socializado a todos os conselheiros. Já o Conselheiro Thiago Cabral questionou o número de
456 processos de assessoramento recebidos recentemente, ao que o Presidente Edgilson Tavares de
457 Araújo respondeu que foram cerca de 900, dos quais metade seriam objeto da Resolução, e o
458 Conselheiro Thiago Cabral prosseguiu perguntando os critérios para prorrogação da consulta pública.
459 O Presidente Edgilson Tavares de Araújo explicou que a prorrogação seria de acordo com a demanda

460 e a necessidade de mais tempo e falou sobre a grande demanda dos CMAS sobre as dificuldades em
461 entender o processo de inscrição, além de descrever a elaboração da minuta. Somou que a proposta
462 de consulta pública deu-se devido à necessidade dos CMAS de entenderem o material e apontarem
463 seus possíveis questionamentos e observações, dado que são o principal público-alvo. Então, a
464 Conselheira Emilene Oliveira Araújo questionou sobre o início da aplicação da nova Resolução, ao
465 que o Conselheiro Régis Spíndola sugeriu acrescentar um artigo explicitando que serão analisados de
466 acordo com o novo texto os requisitos feitos após o início da sua vigência. Em seguida, o Conselheiro
467 Eduardo Dalbosco expressou preocupação com a amplitude da Resolução, que pode dificultar seu
468 entendimento, e indagou se a consulta à CONJUR seria feita antes ou depois da consulta pública, ao
469 que o Presidente Edgilson Tavares de Araújo respondeu que depende da orientação da própria
470 CONJUR e que outras resoluções já tratam do assunto apresentado. A seguir, o Senhor Daniel,
471 representante da CONJUR, disse que a minuta é fundamentada pela Lei Orgânica da Assistência
472 Social - LOAS e afirmou que preliminarmente não há ilegalidades, mas apontou artigos que fogem
473 do escopo da Resolução, sugerindo encaminhar o texto à CONJUR após a consulta pública. Após,
474 acrescentou-se que as colaborações da consulta pública, feitas em um prazo de 60 dias, seriam
475 sintetizadas em parceria das Comissões de Normas e de Políticas, e o Presidente Edgilson Tavares de
476 Araújo somou a necessidade de ampla divulgação da consulta para os conselhos, entidades e
477 organizações de assistência social. Todos os encaminhamentos foram aprovados e seguiu-se com o
478 relato da reunião da Comissão de Normas: 6. Avaliar o Plano de Ação da Comissão e suas prioridades.
479 Encaminhamento: a) Pautar em agosto - prioridade. 7. Outros assuntos - Demandas recebidas para
480 apreciação da Comissão: 7.1. Ofícios nº 34/2024, 54/2024 e 38/2024 referentes à Resolução CNAS
481 nº 151/2024. Após apreciação dos ofícios supracitados, a Comissão entendeu pela necessidade de
482 responder aos demandantes reafirmando as normativas do Conselho acerca do assunto pautado.
483 Encaminhamento: Reafirmar o que está escrito na Resolução CNAS nº 151/2024 e na Nota de
484 Esclarecimento. 7.2. E-mail da Coordenação do Fórum Estadual das(os) Trabalhadoras(es) do SUAS
485 - FETSUAS sobre a “Carta de São Paulo”. Encaminhamentos: a) Informar ao Fórum Nacional das(os)
486 Trabalhadoras(es) do SUAS - FNTSUAS que a discussão sobre a Resolução CNAS nº 06/2015
487 continua em debate no CNAS e que será garantida a participação das representações; b) Informar ao
488 FNTSUAS que a carta veio em formato de minuta, mas apresenta ausência de dados, com isso não
489 tem como publicizar o documento. A Conselheira Ana Lúcia Soares, ABRATO, estranhou o formato
490 e a falta de informações e prometeu verificar e reencaminhar o documento. 8. Definição da Pauta do

491 mês de agosto de 2024, do assunto principal e dos convidados, se houver. 8.1. Avaliar o Plano de
492 Ação da Comissão e suas prioridades (assunto principal). 8.2. Indicação dos membros externos para
493 participarem da Comissão. 8.3. Alteração da Resolução CNAS nº 27/2011. O subitem foi retirado de
494 pauta, uma vez que a minuta não estaria pronta a tempo. 8.4. Outros assuntos. O Presidente Edgilson
495 Tavares de Araújo pediu que seja pautada a atualização da Resolução nº 34, ao que o Conselheiro
496 Elias de Sousa Oliveira respondeu que a próxima reunião incluiria a discussão dos convidados a
497 colaborarem com a questão. Não havendo observações, o relato da reunião da Comissão de Normas
498 da Assistência Social foi aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes.
499 **ENCERRAMENTO 17/07/2024:** O Presidente Edgilson Tavares de Araújo encerrou o primeiro dia
500 da 329ª Reunião Ordinária do CNAS com agradecimento a participação de todas(os). **ABERTURA**
501 **18/07/2024:** O Presidente Edgilson Tavares de Araújo deu início ao segundo dia da 329ª Reunião
502 Ordinária do CNAS cumprimentando a todas(os) e, em seguida, solicitou à Secretária Maria das
503 Mercês Carvalho que realizasse a verificação do quórum. Verificada a existência de quórum, o
504 Presidente Edgilson Tavares de Araújo pediu a inversão de pauta, iniciando o dia com o relato da
505 Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda, realizada
506 em 16 de julho de 2024, o que foi acatado. Com a palavra, a Conselheira Titular Solange Bueno,
507 FNUSUAS, se apresentou como coordenadora da Comissão e pediu que a Conselheira Ana Lúcia
508 Soares fizesse a leitura da memória da reunião. A Conselheira Ana Lúcia Soares elencou as(os)
509 conselheiras(os), colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS
510 presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: 1. Ratificação
511 da indicação da(o) coordenador(a) e da(o) coordenador(a) adjunta(o) da Comissão. Encaminhamento:
512 A Comissão ratifica a indicação da Conselheira Solange Bueno como coordenadora e da Conselheira
513 Ana Lúcia Soares como coordenadora adjunta. 2. Funcionamento e fluxo de trabalho das Comissões.
514 A Coordenação Técnica da Secretaria Executiva apresentou o fluxo de trabalho da CABSTR. 3. Plano
515 de Ação da Comissão - Gestão 2024/2026. A Comissão acordou que, em se tratando do início da
516 gestão 2024/2026, é necessária a revisão e releitura do Plano de Ação e construção de ações,
517 estratégias e operacionalizações considerando as propostas de indicativos de prioridades da gestão
518 passada e também as deliberações e moções aprovadas na 13ª Conferência Nacional de Assistência
519 Social afetas à Comissão. Encaminhamentos: a) Após a leitura das metas 1 e 2 do Plano de Ação, a
520 Comissão propôs que os pontos discutidos deveriam ser revistos após a reunião conjunta com a
521 Comissão de Política e a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos a ser realizada no dia 16 de

522 julho no período da tarde; b) Terminada a discussão e ajustes das ações do Plano de Ação, a Comissão
523 definiu o seguinte cronograma com as respectivas prioridades: agosto de 2024 - Revisão e atualização
524 da Resolução CNAS nº 15/2014, de 05 de junho de 2014, publicada em 11 de junho de 2014; setembro
525 de 2024 - Reunião conjunta com a Comissão de Política, Comissão de Acompanhamento aos
526 Conselhos e Comissão de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de
527 Renda; Reunião Conjunta com a Comissão de Política para aprofundar as discussões sobre as
528 condições de gestão para as ofertas dos benefícios socioassistenciais no âmbito dos municípios e do
529 DF. Convidados: CONGEMAS e FONSEAS; outubro de 2024 - Reunião Descentralizada e Ampliada
530 do CNAS. Não haverá reuniões de Comissões; novembro de 2024 - Apresentação do Balanço da
531 implementação dos Benefícios Eventuais nos municípios brasileiros; c) Solicitar ao Diretor do
532 Departamento de Benefícios Assistenciais, Conselheiro Raimundo Nonato, um aprofundamento da
533 situação acerca do Balanço da implementação dos benefícios eventuais nos municípios brasileiros
534 para subsidiar as próximas discussões sobre o tema. O Conselheiro também deverá consultar a
535 disponibilidade das Senhoras Ana Lígia Gomes, Paula Oliveira Lima e Raquel Martins de
536 contribuírem com a ação; d) Consultar por ofício o Grupo de Trabalho encarregado de discutir a
537 Renda Básica de Cidadania sobre a possibilidade de encaminhar para a Comissão os resultados das
538 discussões e pautar para o mês de dezembro; e) Convidar a Secretaria Nacional de Renda de
539 Cidadania - SENARC para apresentar o Balanço do Programa Bolsa Família, principalmente no que
540 se refere às famílias Unipessoais, para a reunião da Comissão no mês de agosto; f) Encaminhar para
541 os Conselheiros da Comissão o Acórdão do STF, de 24 de abril 2022, com a decisão que determina
542 a regulamentação da Lei nº 10.835/2004 que institui a Renda Básica de Cidadania. O item foi
543 aprovado condicionado às possíveis alterações feitas pela Presidência Ampliada. 4. Definição da
544 pauta, convidados (se houver) e do principal ponto de pauta reunião da CABSTR. 4.1. 9h às 10h -
545 Apresentação do Balanço do Programa Bolsa Família - conquistas e desafios, principalmente no que
546 se refere às famílias unipessoais. Convidada: SENARC e SAGICAD . 4.2. 10h às 12h - Revisão da
547 minuta da Resolução produzida pelos pontos focais das Comissões de Acompanhamento de
548 Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda, Acompanhamento aos Conselhos e Política
549 acerca da Resolução CNAS nº 15/2014. (Principal ponto de pauta); 4.3. 14h às 15h - Continuidade
550 da revisão da minuta da Resolução; 4.4. 15h às 16h - Revisão e atualização do Plano de Ação da
551 CABSTR e definição da pauta para o mês de setembro. 5. Outros assuntos: 5.1. Informe - resposta ao
552 Ofício do CNAS com recomendações ao Gabinete de Crise - SNAS/MDS (Rio Grande do Sul): O

553 Departamento de Benefícios Assistenciais da Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS informa
554 por meio do Despacho nº 224/2024 que “*este departamento, na qualidade de gestor do Benefício de*
555 *Prestação Continuada da Assistência Social- BPC, encaminhou a Diretoria de Benefícios e*
556 *Relacionamento com o Cidadão - DIRBEN do Instituto Nacional do Seguro Social- INSS, o ofício nº*
557 *138/2024/SNAS/DBA/CGBA (SEI nº 15478127), o qual comunica a solicitação, bem como requer a*
558 *avaliação acerca da viabilidade do cumprimento das recomendações supra descritas, solicitando*
559 *ainda retorno, face a urgência da temática. Tão logo obtermos resposta daquela autarquia,*
560 *comunicaremos acerca das medidas adotadas.*” Encaminhamentos: Aguardar resposta para pautar o
561 tema. 5.2. Demanda - e-mail de Milena Silva sobre o Bolsa Família e CadÚnico para famílias
562 unipessoais. Encaminhamentos: a) Oficializar a SENARC cobrando resposta à demanda, uma vez
563 que o prazo já expirou considerando a Lei de Acesso à Informação - LAI, e de acordo com o processo
564 SEI 71000.038491/2024-95; b) Oficializar à interessada que o CNAS se debruçará sobre o tema,
565 principalmente no que se refere a questão de limitação da quantidade de vagas para novas famílias
566 unipessoais. Sobre o item, o Conselheiro Elias de Sousa Oliveira questionou se a questão não deveria
567 ser enviada para o Conselho do Distrito Federal, ao que a Conselheira Solange Bueno afirmou que
568 o encaminhamento pode ser acrescentado e o Presidente Edgilson Tavares de Araújo explicou que a
569 questão não é do escopo do CNAS e que não se pode abrir precedentes. Ainda sobre o tema, a
570 Conselheira Irene Rodrigues, CONFETAM/CUT, questionou se o caso realmente não é do escopo do
571 CNAS e se o Conselho não deveria apurar denúncias e a Conselheira Eutália Barbosa, MDS, insistiu
572 que a instância inicial para o caso deveria ser o Conselho do DF, com encaminhamento para o MDS,
573 mas que precisa haver uma resposta, discurso que o Conselheiro Elias de Sousa Oliveira endossou e
574 somou que o CNAS atua na defesa e guarda da política na esfera coletiva, não individual. A seguir,
575 o Presidente Edgilson Tavares de Araújo sugeriu orientar a ouvidoria sobre as denúncias que
576 competem ou não ao CNAS e a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera concordou, tratou sobre o
577 papel pedagógico do Conselho e falou sobre encaminhar a demanda também para SENARC e
578 SAGICAD. O Conselheiro Thiago Cabral citou a Lei nº 8.742 para confirmar que o caso em análise
579 não estava no escopo do CNAS e a Conselheira Solange Bueno lembrou que esta era apenas uma das
580 diversas solicitações recebidas pelo FNUSUAS a respeito do benefício unipessoal e insistiu que a
581 demandante deve receber uma resposta. Após, a Conselheira Eutália Barbosa discorreu acerca do
582 planejamento orçamentário do Bolsa Família, que interfere no número de benefícios concedidos,
583 separando demanda de denúncia, e disse que a demanda não foi encaminhada diretamente para o

584 CNAS, e sim para a ouvidoria, que deve ser a responsável por encaminhar a resposta. Por fim, o
585 Conselheiro Rafael Machado pediu aprofundamento sobre o tema dos benefícios unipessoais em
586 apresentação da SENARC para a plenária, com o objetivo de ter conhecimento para repassar aos
587 CMAS, CEAS e à população. Então, a Conselheira Eutália Barbosa colocou a SENARC à disposição
588 para orientar os conselheiros, sugerindo o encontro de usuários para uma apresentação, dada a
589 significância do Bolsa Família na pauta da assistência social. Por fim, foram aprovados os seguintes
590 encaminhamentos da plenária: a) Oficializar a ouvidoria do MDS informando que o CNAS não tem
591 competência para analisar a demanda e que é de competência do Governo do DF e do Conselho de
592 Assistência social do DF, sugere-se encaminhar a demanda também a SENARC e SAGICAD; b)
593 Oficializar a Ouvidoria sobre os procedimentos a serem adotados no caso de demandas como a
594 presente e esclarecer as competências do CNAS com relação à denúncias e reclamações; c) Oficializar
595 à interessada que o CNAS vem acompanhando o tema e que convocará a SENARC para trazer um
596 balanço sobre a questão das famílias Unipessoais e dos encaminhamentos que estão sendo dados. Não
597 havendo observações, o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios
598 Socioassistenciais e Transferência de Renda foi aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os)
599 presentes. Ato seguinte, passou-se ao próximo item de pauta: apresentação do funcionamento das
600 Secretarias do MDS. O Presidente Edgilson Tavares de Araújo agradeceu a presença do Secretário
601 Nacional de Inclusão Socioeconômica - SISEC, Senhor Luís Carlos Everton de Farias; do
602 representante da Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome, Senhor Élcio de Sousa
603 Magalhães; da representante da Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família - SNCF,
604 Conselheira Maria Carolina Alves; e da Senhora Patrícia Gentil, representante da Secretaria Nacional
605 de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN. Com a palavra, o Senhor Luís Carlos Everton de
606 Farias explicou que a Secretaria Nacional de Inclusão Socioeconômica - SISEC foi criada para gerar
607 oportunidades de capacitação e qualificação profissional voltadas para o emprego e o
608 empreendedorismo tendo como público-alvo as pessoas inscritas no Cadastro Único e conta com a
609 colaboração de 12 Ministérios e diversas entidades afeitas ao tema. Lembrou que, na data da reunião,
610 eram 96 milhões de inscritos no Cadastro Único, dos quais 56 milhões estavam em extrema pobreza
611 e recebiam o Bolsa Família, 2,7 milhões tinham nível superior completo e 19 milhões nível médio
612 completo. Apresentou os dados da pobreza de cada região do país, com cenários mais graves no Norte
613 e Nordeste. Indicou os números de pessoas que podem se beneficiar das ações da SISEC, que chega
614 à 54 milhões de pessoas entre 16 e 64 anos. Tratou sobre os microcréditos cedidos para

615 empreendedores, cujo Nordeste é a região que mais aproveita do benefício através do Programa
616 Nacional de Microcrédito Orientado - PNMO, e indicou que 39% dos microempreendedores se
617 utilizam de cartões de crédito, forma de financiamento com juros muito mais altos. Relatou as
618 negociações com os bancos para liberação de crédito e diminuição das taxas. Sobre os programas da
619 Secretaria, disse que a qualificação profissional é focada nas vagas disponíveis no mercado e
620 discorreu acerca das parcerias com Confederações, institutos federais e empresas do setor privado.
621 Explicou que a presença de 12 Ministérios na Secretaria permite a otimização de recursos e reduz a
622 sobreposição de políticas. Falou sobre o fundo garantidor, constituído pela Medida Provisória n°
623 1.213, que ajuda a diminuir a taxa de juros, não tem taxa de administração e cobre 100% da operação,
624 sendo que no mínimo metade das beneficiárias devem ser mulheres. Apresentou os estruturadores de
625 negócios, que ajudam na elaboração de planos de negócio a serem encaminhados aos bancos, e a
626 plataforma da Secretaria, com vagas de emprego, orientações sobre o empreendedorismo e os cursos
627 disponíveis. Por fim, relacionou a Secretaria com o CNAS, uma vez que os públicos-alvo das pastas
628 são convergentes, e falou sobre o Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho -
629 ACESSUAS Trabalho. Seguindo para as colocações, o Conselheiro Ismael Ultino Tavalone
630 perguntou se há projetos para as pessoas com deficiência voltados para o mercado de trabalho e a
631 Conselheira Jucileide Ferreira do Nascimento, CFESS, pediu mais detalhes sobre os parceiros
632 responsáveis pela capilaridade nos estados, se disse preocupada com uma possível sobrecarga dos
633 Centro de Referência de Assistência Social - CRAS com a demanda da Secretaria e sugeriu ações em
634 parceria com a Economia Solidária. Após, a Conselheira Ana Lúcia Soares questionou como a SISEC
635 vai potencializar as ações do ACESSUAS Trabalho, destacando que as formações oferecidas devem
636 dialogar com a demanda produtiva de cada região, e acrescentou a necessidade de inclusão das
637 pessoas com transtornos psíquicos. A seguir, o Conselheiro Heitor Pinheiro solicitou mais
638 informações sobre o programa Acredita no Primeiro Passo, perguntou se há outras soluções para o
639 microcrédito que não as bancárias e sugeriu um diálogo da Secretaria com a Superintendência do
640 Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM. O Conselheiro Rafael Machado parabenizou a
641 apresentação e pediu que as informações sejam divulgadas, mas criticou a ausência das minorias,
642 como população LGBTQIAPN+, em situação de rua, quilombolas, ribeirinhos e povo ciganos. Após,
643 o Conselheiro Eduardo Dalbosco acrescentou que é da competência da assistência social a
644 intermediação da população com o mercado de trabalho e disse que a promoção da inclusão
645 socioeconômica da Secretaria é intersetorial e envolve o governo e a sociedade. Falou sobre os

646 números de empreendedores dentre os inscritos no Cadastro Único e afirmou que o acesso ao crédito
647 é um limitador da capacidade dessa população. Afirmou que a medida provisória apresenta o
648 atendimento prioritário para populações vulneráveis, englobando mulheres, negros, populações
649 ribeirinhas e populações indígenas, sendo que a SISEC faz parte de GTs dos Ministérios para negociar
650 os planos nacionais com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania - MDHC quanto à população
651 LGBTQIAPN+ e em situação de rua. Ato seguinte, o Presidente Edgilson Tavares de Araújo registrou
652 a presença da Assessora de Participação Social e Diversidade do MDS, Senhora Jéssica Leite. Passou
653 a palavra à Conselheira Maria Aparecida Guerra Vicente, que relatou casos em que os trabalhadores
654 da ponta dos CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAs não tem
655 acesso às informações e pediu uma divulgação maior das ações, principalmente para os municípios
656 pequenos. A Conselheira Maria Gonçalves, ANAB, parabenizou a apresentação, tratou sobre a
657 intersectorialidade e a questão do crédito para a agricultura com base na cadeia produtiva. Então, a
658 Conselheira Catarina de Santana, Fundação Fé e Alegria do Brasil, pediu que fosse ampliada a
659 explicação sobre a relação de parceria com as entidades e o atendimento aos alunos que concluíram
660 seus cursos. Por fim, o Conselheiro Elias de Sousa Oliveira lembrou que o tema trata da atenção à
661 uma população vulnerabilizada das mais diversas formas e indicou que o ACESSUAS Trabalho tem
662 a função de identificar esta população e ajudá-la nas articulações. Insistiu na importância de um
663 diagnóstico do mercado de trabalho antes de se oferecer a qualificação profissional e destacou que a
664 assistência social não é intermediadora de mão de obra. Pediu diálogo com o Ministério do Trabalho
665 e Emprego - MTE para debater a priorização das pessoas inscritas no CadÚnico. Em resposta, o
666 Senhor Luís Carlos Everton de Farias acrescentou que as pessoas com deficiência também foram
667 listadas como prioridades na medida provisória e declarou que os estruturadores de negócios devem
668 fazer uma busca ativa dos inscritos no Cadastro Único com perfil para empreender, em parceria com
669 os CRAS. Discorreu acerca da parceria com o mercado de trabalho e exemplificou colaborações da
670 Secretaria com organizações da sociedade civil, com destaque para as igrejas evangélicas. Disse que
671 o programa Acredita no Primeiro Passo é o principal da Secretaria, mas que há outros periféricos, e
672 lembrou que a política estava no início, mas que sua aceitação foi positiva. Sobre a área rural, destacou
673 que as operações de crédito agrícola já têm garantia através do risco da união, não podendo portanto
674 usufruir do fundo garantidor. Com a palavra, a Vice-Presidente Márcia de Carvalho Rocha sugeriu
675 parceiras com instituições como a Fenapestalozzi e a FENAPAES e lembrou que o estado é laico e
676 que as políticas devem ser de acesso à todos, questionando se as comunidades tradicionais de matriz

677 africana e demais representações religiosas também foram consultadas. Lembrou, ainda, que algumas
678 das empresas citadas como parceiras têm histórico de violação de direitos e perguntou como a questão
679 é abordada pela SISEC. O Senhor Luís Carlos Everton de Farias explicou que não há discriminações
680 na Secretaria e que foram as igrejas que buscaram a SISEC. Afirmou que, caso a empresa apresente
681 irregularidades, a parceria se encerra e que todas as empresas são acompanhadas pelo Ministério,
682 além de não receberem nenhum subsídio do governo. Ato seguinte, o Presidente Edgilson Tavares de
683 Araújo passou a palavra ao representante da Secretaria Extraordinária de Combate à Fome e à Pobreza
684 - SECF, Senhor Élcio de Souza Magalhães. O Senhor Élcio de Souza Magalhães explicou que a
685 Secretaria Extraordinária de Combate à Fome e à Pobreza é de governança e tem papel de articulação,
686 diálogo e promoção da gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Falou que
687 é a Secretaria quem elabora e monitora o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e
688 articular as ações dos 24 Ministérios responsáveis pela Política Nacional de Segurança Alimentar e
689 Nutricional. Descreveu a complexidade da questão da segurança alimentar desde a agricultura até a
690 distribuição de refeições e disse que as ações de governança da Secretaria são sempre baseadas da
691 intersetorialidade, mas têm a participação social como motor. Explicou que o ano de 2023 foi de
692 retomada da Secretaria e de mobilização dos estados e municípios e que o Presidente Luís Inácio Lula
693 da Silva apoia os trabalhos, sendo que a SECF está vinculada à Secretaria-Geral da Presidência. Disse
694 que 1.118 municípios tinham aderido ao sistema até o momento, dado que a adesão depende da
695 construção de uma estrutura em nível municipal. Explicou que a SECF tem dois terços dos seus
696 integrantes da sociedade civil e é consultiva, não deliberativa. Falou sobre o plano provisório Brasil
697 Sem Fome, que articula cerca de 80 ações de diversos Ministérios, e afirmou que a insegurança
698 alimentar grave atingia 33 milhões de pessoas e foi reduzida para 10 milhões desde o início do
699 governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Tratou da dificuldade de se chegar até a população
700 que sofre com a fome e disse que foi desenvolvido um protocolo em parceria da saúde com a
701 assistência social para identificar este público. Falou que a SECF estava trabalhando a organização
702 de uma política de financiamento para a governança, com a criação de uma comissão tripartite de
703 pactuação e da elaboração de um protocolo de calamidade, um plano de abastecimento e uma
704 estratégia de prevenção da obesidade, além de um conjunto de ações de educação continuada e
705 qualificação. Devido ao avanço no horário, o Presidente Edgilson Tavares de Araújo solicitou que a
706 Conselheira Maria Carolina Alves fizesse sua apresentação sobre a Secretaria Nacional de Cuidados
707 e Família na reunião seguinte e anunciou a fala da Senhora Patrícia Chaves Gentil, da Secretaria

708 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN. Com a palavra, a Senhora Patrícia Chaves
709 Gentil agradeceu a oportunidade e falou sobre a reorganização da agenda de segurança alimentar e
710 nutricional dentro do Ministério ocorrida em 2023. Explicou que a SESAN tem a responsabilidade
711 de conduzir programas e que sua agenda é composta por: promoção dos sistemas alimentares
712 saudáveis e sustentáveis; acesso à alimentação adequada e saudável; apoio à produção, distribuição e
713 comercialização de alimentos; consumo de alimentos saudáveis, educação alimentar e nutricional; e
714 atenção aos povos e comunidades tradicionais. Relatou que a Secretaria é dividida entre três
715 departamentos, a saber: Departamento de Promoção da Inclusão Produtiva e Acesso à Água, que atua
716 com o programa de captação de água e com o fomento à inclusão produtiva rural, destacando que a
717 única relação da pasta com a assistência social é a busca ativa de pessoas por meio do Cadastro Único;
718 o departamento que cuida do programa de aquisição de alimentos, assim como da sua distribuição,
719 explicando que o MDS adquire cestas de alimentos para os povos e comunidades tradicionais em
720 parceria com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI e com a Fundação dos Palmares ou
721 em casos de calamidade e emergência; e o Departamento de Promoção da Alimentação Saudável.
722 Falou sobre a distribuição da fome no país, a agenda alimentar nas áreas urbanas e a Estratégia
723 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades, que visa ampliar o acesso à alimentos
724 saudáveis prioritariamente nos territórios periféricos urbanos e para populações em situação de
725 vulnerabilidade e risco social dos municípios com mais de 300 mil habitantes e com alto número de
726 pessoas em situação de rua. Apresentou os equipamentos públicos de segurança alimentar e
727 nutricional, citou os restaurantes populares e cozinhas comunitárias e lembrou que há algum tempo o
728 MDS não tinha recurso orçamentário para novos equipamentos, mas que o mapeamento dos
729 existentes estava sendo feito. Sobre as Cozinhas Solidárias, disse que foi uma ação iniciada pela
730 sociedade civil durante o período de pandemia que o Governo abraçou e já conta com leis, decretos,
731 orçamentos e estava em fase de implementação. Somou que eram mais de 4 mil cozinhas solidárias
732 no país, das quais 727 estavam habilitadas de acordo com o decreto, e que sua função vai além da
733 alimentação, servindo como uma base comunitária e social. Descreveu as três modalidades de apoio
734 às cozinhas, a saber: a oferta de refeições, a oferta de alimentos e a formação de colaboradores. Por
735 fim, apresentou o estudo em parceria com o SNAS sobre a maneira como os municípios incorporam
736 a agenda da segurança alimentar e nutricional dentro do SUAS, o que resultou no diagnóstico de que
737 é preciso, em parceria da Secretaria com o SUAS, qualificar a alimentação ofertada aos usuários
738 atendidos pelos serviços socioassistenciais; ofertar alimentos e refeições às famílias atendidas pelos

739 serviços socioassistenciais; e promover a educação alimentar e nutricional. Avançando para as
740 inscrições, o Conselheiro Rafael Machado julgou o edital das Cozinhas Solidárias omissivo com relação
741 aos movimentos sociais, dada a necessidade de CNPJ para inscrição, e a Conselheira Solange Bueno
742 agradeceu as apresentações, pediu diálogo das pastas com a assistência social e se disse preocupada
743 com a fragilidade dos equipamentos. A seguir, a Conselheira Aldenora Gomes Gonzáles, Instituto
744 Ecovida, solicitou detalhamento sobre os termos do fomento e criticou a burocratização das políticas.
745 Falou sobre a importância da alimentação de qualidade e de problemáticas como a estiagem,
746 especificamente na Região Norte. Concluindo, discorreu sobre o desafio da implementação dos 18
747 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS até 2030. Após, o Conselheiro Elias de Sousa
748 Oliveira declarou que uma grande barreira do Programa Nacional de Alimentação dos SUAS é o
749 orçamento, dado que as ações da SISAN não podem impactar financeiramente a assistência social.
750 Discorreu acerca da aplicação do marcador da Triagem para Insegurança Alimentar - TRIA no
751 Cadastro Único e ressaltou que é de responsabilidade do SUAS contribuir para o processo de proteção
752 social, inclusive apoiando o acesso à alimentação de qualidade. Em resposta, o Senhor Élcio de Souza
753 Magalhães insistiu na importância do debate entre o CNAS e a SECF e reafirmou que a política
754 precisa avançar e ser fortalecida para combater a fome. A Senhora Patrícia Gentil julgou as colocações
755 pertinentes e lembrou que o SISAN ainda é um projeto novo e sem financiamento. Somou que as
756 ações de segurança alimentar e nutricional são parcialmente operadas pelas organizações da
757 sociedade civil, o que deve ser regulamentado e, para as entidades que recebem apoio a ser repassado
758 para as Cozinhas, demanda CNPJ. Explicou as dificuldades de implantação e manutenção das
759 cozinhas e lembrou que a população em situação de rua é público-alvo delas. Em conclusão, o
760 Presidente Edgilson Tavares de Araújo agradeceu as apresentações e os convidados e reforçou a
761 necessidade de interligação entre as pautas. Após o intervalo, o Presidente Edgilson Tavares de
762 Araújo encaminhou para que a apresentação sobre o funcionamento do CNAS seja o primeiro ponto
763 de pauta da reunião subsequente e sugeriu a seguinte ordem para os demais itens de pauta ainda não
764 apresentados: relato da reunião conjunta da Comissão de Acompanhamento dos Benefícios
765 Socioassistenciais e Transferência de Renda, da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e da
766 Comissão de Política da Assistência Social; relato da reunião conjunta da Comissão de Normas da
767 Assistência Social e da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, com a
768 presença da CONJUR; relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência
769 Social; relato da Presidência Ampliada. A Vice-Presidente Márcia de Carvalho Rocha solicitou a

770 inclusão na pauta da carta redigida pela sociedade civil sobre a composição do quadro efetivo do
771 CNAS, almejando que as reuniões de todas as comissões sejam presenciais, ponto aprovado pelos
772 presentes. Ato seguinte, passou-se ao próximo ponto de pauta, o relato da reunião conjunta da
773 Comissão de Acompanhamento dos Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda -
774 CABSTR, da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos - CAC e da Comissão de Política da
775 Assistência Social - CPAS, realizada em 16 de julho de 2024. Com a palavra, a Conselheira Titular
776 Margareth Alves Dallaruvera elencou as(os) conselheiras(os), colaboradoras(es), participantes e
777 membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus
778 encaminhamentos, sendo eles: 1. Apreciação da proposta de revisão e atualização da Resolução
779 CNAS nº 15/2014, que orienta os Conselhos de Assistência Social - CAS quanto à sua organização e
780 ao seu funcionamento como instância de participação e de controle social do Programa Bolsa Família
781 - PBF. Feita a leitura do texto original da Resolução, bem como das contribuições de redação
782 recebidas da SAGICAD e da SENARC, com a anotação de destaques das(os) conselheiras(os).
783 Encaminhamentos: a) Foram definidos os seguintes Conselheiros para abordar os pontos focais para
784 atuação no processo de revisão e atualização: Conselheira Eutália Barbosa, como representante do
785 CPAS e da SENARC; Conselheira Emilene Oliveira Araújo, CPAS; Conselheira Shirley Samico,
786 representante da SAGICAD; Conselheira Ana Lúcia Soares, da CABSTR; Conselheiro Edgilson de
787 Araújo, da CAC; b) A Secretaria Executiva encaminhará o documento com as propostas de alteração
788 e revisão da Resolução CNAS nº 15/2014 para os Conselheiros que pediram destaques, solicitando
789 que eles enviem por escrito a proposta de redação do referido artigo/inciso/parágrafo para os pontos
790 focais das respectivas Comissões até 26 de julho; c) Os Conselheiros apontados farão o compilado da
791 proposta de Resolução a partir das contribuições recebidas da SENARC, da SAGICAD e das(os)
792 conselheiras(os) que fizerem destaques e encaminhará o documento final até 1º de agosto para
793 apreciação das Comissões; d) A Reunião Conjunta CAC/CABSTR/CPAS para avaliação da resolução
794 será em setembro, no dia da reunião das comissões, no horário das 14h às 16h. 2. Apreciação do e-
795 mail da Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único com solicitação
796 de boas práticas de Conselhos Estaduais de Assistência Social aos Municípios. Encaminhamento: A
797 partir da apresentação da SAGICAD sobre os dados do Censo SUAS em reunião virtual da CAC no
798 final de julho, esta Comissão fará o levantamento junto ao CEAS, CAS/DF e CMAS para verificar
799 suas ações relacionadas ao Controle Social do PBF. O resultado desse levantamento será socializado
800 com a Rede Federal de Fiscalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. Encaminhou-

801 se que a reunião extraordinária da CAC seria no dia 31 de julho, das 14h30 às 16h30, tendo como
802 convidada a Conselheira Shirley Samico, representante da SAGICAD. Não havendo observações, o
803 relato da reunião conjunta da Comissão de Acompanhamento dos Benefícios Socioassistenciais e
804 Transferência de Renda, da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e da Comissão de Política
805 da Assistência Social foi aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes. Após,
806 passou-se ao relato da reunião conjunta da Comissão de Normas da Assistência Social - CN e da
807 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social - CFO, realizada em 16 de julho de
808 2024. Com a palavra, o Conselheiro Titular Elias de Sousa Oliveira elencou as(os) conselheiras(os),
809 colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do CNAS presentes e indicou os
810 pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: 1. Resolução que dispõe sobre o
811 repasse extraordinário e emergencial de recursos federais para a oferta de Serviço de Proteção em
812 Situações de Calamidades Públicas e Emergências para os municípios do Rio Grande do Sul
813 decorrente da calamidade que passa o Estado. A convidada Cinthia fez uma breve apresentação
814 explicando sobre a Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social - FORSUAS/RS. Em
815 seguida, o Diretor do Departamento da Proteção Social Especial - DPSE explicou sobre a necessidade
816 de aprovar a resolução que dispõe sobre o repasse extraordinário e emergencial de recursos federais
817 para a oferta de Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências para os
818 municípios do Rio Grande do Sul. Encaminhamentos: a) A Resolução será apresentada diretamente
819 no pleno na hora do relato da Comissão de Financiamento, convidar a CONJUR; b) Se possível,
820 socializar a minuta de Resolução com os conselheiros de CN e CFO antes de ir para o pleno. O
821 Conselheiro Elias de Sousa Oliveira explicou que os recursos seriam provenientes de créditos
822 extraordinários, que a Resolução é a ampliação da Portaria n° 90, que regulamenta o repasso de
823 recursos nas situações emergenciais do Ministério para os Municípios, e que outras situações de
824 emergência e calamidade devem demandar ajudas semelhantes no futuro. Após, a Conselheira
825 Aldenora Gomes Gonzáles defendeu o documento diante da gravidade da situação e o Conselheiro
826 Régis Spíndola agradeceu o trabalho das Comissões, reforçou a importância do documento e
827 acrescentou que a Portaria n° 90 está defasada e precisa de revisão. Explicou as correções
828 apresentadas pela minuta em comparação com a Portaria n° 90, tanto quanto ao tempo de concessão
829 dos recursos quanto ao número de participantes. Falou que os fundos poderão ser utilizados para
830 reembolsar as famílias pelos custos com moradias, mediante acompanhamento. Já a Senhora Cíntia
831 Miranda, representante da DPSE/SNAS, tratou sobre a medida provisória à qual os recursos se

832 baseiam e as limitações impostas por ela. Ato seguinte, o Conselheiro Elias de Sousa Oliveira fez a
833 leitura da minuta da Resolução. Iniciando os destaques, o Presidente Edgilson Tavares de Araújo
834 sugeriu um ajuste de redação no item D, do Inciso II do Artigo 3º, a fim de padronizar o texto com o
835 disposto na LOAS: “*promover apoio às unidades públicas, entidades e organizações da sociedade*
836 *civil de assistência social que prestem serviços de acolhimento institucional, que ofertam cuidado e*
837 *proteção para indivíduos e famílias vulnerabilizadas pela emergência (...)*”, sugestão acatada. Propôs
838 alterar o texto do Inciso VII, do Artigo 4º para: “*formalização de parcerias com entidades e*
839 *organizações da sociedade civil de assistência social que tenham Cadastro Nacional de Entidade da*
840 *Assistência Social - CNEAS (...)*” com o mesmo objetivo. Após, o Conselheiro Rafael Machado tratou
841 sobre a destinação de recursos para a população em situação de rua, pedindo a inclusão explícita no
842 texto. Então, a Vice-Presidente Márcia de Carvalho Rocha se despediu de todos, pois estaria
843 representando o CNAS na posse do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, e agradeceu
844 pela reunião. Dando prosseguimento, o Conselheiro Régis Spíndola concordou que as pessoas em
845 situação de rua também precisam de acolhimento emergencial, o que foi orientado aos municípios,
846 mas reiterou que a Portaria não discrimina os públicos-alvo e que, dada a sua publicação, o CNAS
847 pode encaminhar uma orientação técnica sobre a questão ao CEAS/RS e ao Comitê Intersetorial de
848 Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua -
849 CIAMP-Rua/RS. A seguir, o Conselheiro Alessandro Tiezzi, PIA, apontou uma controvérsia no texto,
850 que diz que os recursos podem ser usados para reestruturação dos espaços danificados no Artigo 2º,
851 Inciso 2º, item D, e que não podem ser usados para obras no Artigo 4º, Parágrafo 2º. Já o Conselheiro
852 Rafael Machado afirmou que a sugestão do Conselheiro Régis Spíndola não contempla a demanda,
853 uma vez que os municípios não seriam obrigados a acatar a orientação a respeito da destinação de
854 recursos para a população em situação de rua. Sobre a reforma, o Conselheiro Régis Spíndola disse
855 que o Artigo 2º abrange as adequações provisórias e manutenções simples dos espaços, não reformas,
856 sugerindo o termo “*adequação provisória dos espaços*” para dirimir possíveis problemas de
857 interpretação, o que foi aceito. Em seguida, a Conselheira Solange Bueno pediu que a população em
858 situação de rua seja destacada no texto e perguntou sobre a obrigatoriedade de fiscalização e
859 acompanhamento pelo controle social. Em resposta ao Conselheiro Rafael Machado, o Conselheiro
860 Régis Spíndola propôs acrescenta o texto “*inclusive o acolhimento emergencial para a população*
861 *em situação de rua*” no Artigo 3º, Inciso 1º, Item H, o que foi aprovado. A seguir, o Conselheiro
862 Elias de Sousa Oliveira pediu a alteração do trecho “*(...) e utilizados nos serviços socioassistenciais*

863 *nacionalmente tipificados na Resolução CNAS nº 109/2009”, no Parágrafo 5º do Artigo 7º, portanto*
864 *abrangendo os serviços da proteção social básica e especial. Sobre a questão do controle social, o*
865 *Conselheiro Régis Spíndola sugeriu a inclusão do Parágrafo 6º no Artigo 7º, a saber: “Cabe aos*
866 *conselhos de assistência social do Estado e dos municípios do Rio Grande do Sul a fiscalização e*
867 *controle social da utilização dos recursos dos quais esta resolução dispõe”, o que foi aprovado. Não*
868 *havendo mais destaques, o Senhor Daniel, representante da CONJUR, disse não ter identificado*
869 *ilegalidades na minuta. Sendo assim, passou-se à votação da minuta da Resolução que dispõe sobre*
870 *o repasse de recursos extraordinários e emergenciais oriundos de Medida Provisória para a oferta de*
871 *Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências para os municípios do Rio*
872 *Grande do Sul decorrente da calamidade que passa o Estado, que foi aprovada pela unanimidade*
873 *das(os) presentes, com 16 votos favoráveis. Não havendo observações, o relato da reunião conjunta*
874 *da Comissão de Normas da Assistência Social e da Comissão de Financiamento e Orçamento da*
875 *Assistência Social foi aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes. Após, passou-*
876 *se ao relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, realizada*
877 *em 16 de julho de 2024. Com a palavra, a Conselheira Titular Aldenora Gomes Gonzáles elencou*
878 *as(os) conselheiras(os), colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do*
879 *CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: 1.*
880 *Ratificar a indicação da(o) coordenador(a) e coordenador(a) adjunta(o) da Comissão. A Comissão*
881 *ratificou a indicação para coordenadora da Conselheira Aldenora Gomes González e para*
882 *coordenadora adjunta da Conselheira Maria Aparecida Guerra Vicente. 2. Proposta Orçamentária*
883 *para 2025. Convidado: SNAS. O Sr. Adailton Leite, assessor da SNAS, informou que a Proposta*
884 *Orçamentária da Assistência Social para o exercício de 2025 ainda não tinha tido os limites para*
885 *distribuição entre as secretarias liberados, contendo ainda alguns contratempos para elaboração da*
886 *proposta pelos incidentes no Rio Grande do Sul e participação no Encontro do CONGEMAS.*
887 *Informou ainda que, em relação à Resolução CNAS/MDS nº 147, de 1 de março de 2024, a Secretaria*
888 *de Orçamento Federal - SOF aceitou a indicação das duas subfunções abaixo, por meio da portaria*
889 *SOF/MPO nº 169, de 12 de junho de 2024: a) Serviços Socioassistenciais (Proteção Social Básica -*
890 *PSB, Proteção Social Especial - PSE e Estruturação da Rede); b) Segurança de Renda. Ressaltando*
891 *ainda que a subfunção c) Gestão e Vigilância do Sistema Único de Assistência Social - SUAS não foi*
892 *aprovada pela SOF, sem justificativas. Encaminhamento: Enviar ofício à SNAS solicitando*
893 *apresentação no pleno do CNAS da Proposta Orçamentária para 2025. A Conselheira Aldenora*

894 Gomes Gonzáles informou que o prazo para aprovação da proposta orçamentária seroá até o dia 31
895 de julho, pedindo uma reunião extraordinária para sua apreciação. Encaminhamento da plenária:
896 Realizar reunião extraordinária do CNAS para apresentação da Proposta Orçamentária do exercício
897 2025, virtualmente, dia 29 de julho de 2024, às 09h, com quórum qualificado. 3. Apreciação do
898 Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Departamento do Fundo Nacional de
899 Assistência Social - DEFNAS, 2º trimestre do exercício de 2024. Convidado: DEFNAS. A Sra. Bruna
900 Angélica Silva Ribeiro, Coordenadora-Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do
901 DEFNAS, apresentou a nota explicativa da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional
902 de Assistência Social referente ao regime de caixa, no período de janeiro a junho de 2024. Em maio,
903 foi publicada a Medida Provisória nº 1.218, de 11 de maio de 2024, que destinou recursos
904 extraordinários, no valor de R\$ 98.037.876,00 para o atendimento de medidas emergenciais em
905 decorrência do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul. Com a palavra, o
906 Senhor Pablo Pinheiro, UNAS/DF, apresentou a nota explicativa do 2º trimestre de 2024, a saber:
907 Ação 219E - Ações de Proteção Social Básica, dotação de R\$ 1,1 bilhão e pagamentos de R\$ 413
908 milhões; Ação 219F - Ações de Proteção Social Especial, dotação de R\$ 792 milhões, com
909 pagamentos de R\$ 240 milhões; Ação 219G - Estruturação da Rede de Serviços do SUAS, dotação
910 de R\$ 839 milhões, foram empenhados R\$ 668 milhões e pagos R\$ 500 milhões; Ação 2583 -
911 Processamento de Dados do BPC e da RMV, dotação de R\$ 35 milhões e empenho de R\$ 8 milhões;
912 Ação 2589 - Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada - BPC e
913 Manutenção da Renda Mensal Vitalícia - RMV, dotação de R\$ 7 milhões, dos quais R\$ 6 milhão
914 foram empenhados; Ação 8893 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território,
915 no âmbito do SUAS, com dotação de R\$ 9 milhões, ainda sem execuções, mas com R\$ 7 milhões
916 destinados para crédito extraordinário para auxílio aos Yanomamis; Ação 217M - Primeira Infância
917 no SUAS, dotação de R\$ 294 milhões, dos quais foram pagos R\$ 101 milhões; Ação 00US - Serviço
918 de Apoio à gestão do PBF, com dotação de R\$ 877 milhões e R\$ 873 milhões empenhados; Ação
919 0005 - Cumprimento de Sentença Judicial de precatórios, que tinha dotação de R\$ 136 milhões, sem
920 execução; 0625 - Cumprimento de Sentença Judicial de pequeno valor, dos R\$ 4,8 bilhões dotados,
921 R\$ 1,9 bilhões empenhados; Ação 00H5 - BPC à Pessoa Idosa e RMV por Idade, dotação de R\$ 45
922 bilhões, dos quais foram pagos aproximadamente R\$ 45 bilhões; Ação 00IN - BPC à Pessoa com
923 Deficiência e RMA por Invalidez, dotação de R\$ 54 bilhões, dos quais foram pagos ou empenhados
924 R\$ 54 bilhões; Ação 00TZ - Auxílio-Inclusão às Pessoas com Deficiência, dotação de R\$ 42 milhões

925 completamente empenhada; Ação 21DT - Operacionalização do Auxílio-Inclusão às Pessoas com
926 Deficiência, dotação de R\$ 441 mil, sem execuções. Informou que foram feitas nove solicitações de
927 crédito, nenhuma aprovada, mas que novas solicitações seriam feitas em setembro para
928 complementação do orçamento. Encaminhamento: Aprovar o Relatório de Execução Orçamentária e
929 Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social - DEFNAS, 2º trimestre do exercício de 2024
930 com quórum qualificado. A Resolução foi aprovada pela unanimidade dos presentes, com 16 votos
931 favoráveis, e seguiu-se com o relato: 4. Status da Lei Orçamentária Anual - LOA 2024. Convidado:
932 SNAS. O Sr. Adailton Leite, assessor da SNAS, resumiu a execução orçamentária anual do Programa
933 5131 - Proteção Social pelo SUAS: Ação 00H5 - BPC à Pessoa Idosa e RMV por Idade, dotação de
934 R\$ 45 bilhões, dos quais foram pagos aproximadamente R\$ 22 bilhões; Ação 00IN - BPC à Pessoa
935 com Deficiência e RMA por Invalidez, dotação de R\$ 54 bilhões atualmente, dos quais foram pagos
936 mais de R\$ 29 bilhões; Ação 00TZ - Auxílio-Inclusão às Pessoas com Deficiência, dotação de R\$ 42
937 milhões, dos quais foram pagos R\$ 2 milhões. Sobre os benefícios, informou que a dotação total foi
938 de R\$ 100 bilhões, dos quais R\$ 52 bilhões foram pagos. Seguindo para as ações no âmbito do fundo,
939 detalhou: Ação 2583 - Processamento de Dados do BPC e da RMV, dotação de R\$ 35 milhões e
940 pagamentos de R\$ 8 milhões; Ação 2589 - Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação
941 Continuada (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV), dotação de R\$ 7 milhões, dos
942 quais R\$ 3,6 milhão foram empenhados; Ação 217M - Primeira Infância no SUAS, dotação de R\$
943 294 milhões, dos quais foram pagos R\$ 135 milhões; Ação 219E - Ações de Proteção Social Básica,
944 dotação de R\$ 1,1 bilhão, e pagamento de R\$ 509 milhões; Ação 219F - Ações de Proteção Social
945 Especial, dotação de R\$ 801 milhões, com pagamentos de R\$ 292 milhões; Ação 219G - Estruturação
946 da Rede de Serviços do SUAS, dotação de R\$ 843 milhões, foram pagos R\$ 560 milhões; Ação 8893
947 - Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do SUAS, com dotação
948 de R\$ 9 milhões, ainda sem execuções. Resumiu que as ações no âmbito do fundo somam a dotação
949 de R\$ 3 bilhões, dos quais R\$ 1,5 bilhão foram pagos. A respeito da execução direta, listou: Ação
950 8893 - Gestão do SUAS, com dotação de R\$ 5 milhões e gastos R\$ 1 milhão, e a dotação da
951 Tecnologia da Informação, que soma R\$ 374 mil, ainda sem execuções; Ação 8249 - Funcionamento
952 do CNAS, cuja dotação era de R\$ 3,6 milhões, dos quais R\$ 1,1 milhão foram gastos; Ação 21H0 -
953 Acolhimento e atendimento socioassistencial, com dotação de R\$ 29 milhões e pagamentos de R\$ 2
954 milhões. Declarou que as execuções diretas somam R\$ 6 milhões de dotação e gastaram R\$ 2 milhões,
955 sendo que a somatória total das dotações é de R\$ 103 bilhões, dos quais R\$ 53 bilhões já foram pagos.

956 Ato seguinte, retomou-se ao relato da reunião: 5. Apresentação da planilha de execução da Ação 8249
957 - Funcionamento dos Conselhos. Convidado: Secretaria Executiva CNAS. Encaminhamentos: a)
958 Realizar levantamento sobre as atividades das Comissões permanentes de forma presencial, para
959 eventos descentralizados no exercício 2024, para possível solicitação de recomposição orçamentária,
960 a ser apresentado em agosto de 2024 pela SE/CNAS; b) Realizar apresentação da planilha de
961 execução da Ação 8249 - Funcionamento dos Conselhos (Diárias e Passagens), trimestralmente na
962 comissão ou pautar quando houver fato novo. 6. Apresentação dos Fluxos da CFO. 7. Apreciação do
963 Plano de Ação da Comissão. A comissão apreciou o Plano de Ação da meta 1 a 4, ficando definido a
964 retomada para a reunião de agosto de 2024 a partir da meta 5, e sugeriu alguns encaminhamentos para
965 a Presidência Ampliada. 8. Outros assuntos. 8.1. Apresentação do status das propostas da Comissão
966 deliberadas pelo plenário. A Comissão não teve tempo hábil para apreciação do ponto, e constará da
967 pauta no mês de agosto de 2024. 9. Definição da pauta do mês de agosto de 2024, definição de assunto
968 principal e convidados, se houver. 9.1. Apresentação do status das propostas da Comissão deliberadas
969 pelo plenário; 9.2. Apresentação dos dados sobre o desfinanciamento e processo de emendas
970 parlamentares no SUAS. Convidado: CONGEMAS (virtual ou presencial - a definir); 9.3. (Assunto
971 principal) Levantamentos de dados já realizados sobre os custos dos serviços socioassistenciais para
972 subsidiar debate na Comissão. Convidados: Professora Jucimeri Isolda - SNAS e IPEA (virtual ou
973 presencial - a definir); 9.4. Apreciação do Relatório da execução da Ação 8249 - 1º e 2º trimestre do
974 exercício de 2024. Convidado: Secretaria Executiva do CNAS; 9.5. Apresentação da planilha de
975 execução da Ação 8249 - Funcionamento dos Conselhos. Convidado: Secretaria Executiva do CNAS;
976 9.6. Indicação dos membros externos para participação na Comissão; 9.7. Plano de Ação
977 (continuação); 9.8. Outros assuntos; 9.9. Reunião Conjunta da Comissão de Política de Assistência
978 Social e Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social para tratar sobre o
979 Monitoramento do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no
980 Sistema Único da Assistência Social - PROCAD-SUAS. Convidados: SAGICAD; 9.10. Definição da
981 pauta do mês de setembro de 2024, definição de assunto principal e convidados, se houver. Dada a
982 extensão da pauta, o Presidente Edgilson Tavares de Araújo lembrou que, se a Comissão desejar,
983 pode fazer uma reunião virtual além da presencial. Não havendo observações, o relato da reunião da
984 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social foi aprovado pela unanimidade
985 das(os) conselheiras(os) presentes. Após, passou-se ao relato da reunião da Presidência Ampliada,
986 realizada em 16 de julho de 2024. Com a palavra, o Presidente Edgilson Tavares de Araújo elencou

987 as(os) conselheiras(os), colaboradoras(es), participantes e membros da Secretaria Executiva do
988 CNAS presentes e indicou os pontos de pauta debatidos e seus encaminhamentos, sendo eles: 1.
989 Convites: 1.1. E-mail do Conselho Municipal de Assistência Social de Alegrete/RS - CMAS, recebido
990 no dia 13 de junho, onde solicitar uma agenda com a Mesa ou Assessoria Técnica do CNAS para
991 tratar de esclarecimentos acerca das deliberações da Conferência e Normas dos Benefícios Eventuais.
992 Encaminhamento da PA: Marcar uma reunião virtual com as Coordenadoras das referidas Comissões
993 e as Conselheiras Shirley Samico e Solange Bueno). 1.2. Ofício nº 2636/2024 do Ministério da
994 Cultura, recebido no dia 19 de junho, onde solicita a colaboração da Secretaria Executiva do CNAS
995 para realizar oficina de formação para os conselheiros do Conselho Nacional de Política Cultural -
996 CNPC que acontecerá durante a 40ª Reunião Ordinária do CNPC nos dias 01 e 02 de agosto, em
997 Brasília/DF. Encaminhamento da PA: Indicar o Conselheiro Elias Oliveira e a Conselheira Aldenora
998 González. A Secretaria Executiva irá definir sua indicação. 1.3. Ofício nº 483/2024 da Assessoria
999 Especial para Assuntos Parlamentares e Federativos do MDS - ASPAR, recebido no dia 28 de julho,
1000 encaminha para conhecimento e providências o Requerimento de Seminário Nacional nº 101/2024
1001 CLP de autoria do Exmo. Sr. Deputado Waldenor Pereira - PT/BA em que “*Requer a realização de*
1002 *Seminário Nacional, em novembro deste ano, com o tema: Orfandade e Direitos do inviabilizado*
1003 *para a proteção integral das Crianças e Adolescentes e suas Famílias*” e solicita a indicação de um
1004 representante. Encaminhamento da PA: Indicar a Vice-presidente Márcia de Carvalho. Na
1005 impossibilidade, indicar o conselheiro Régis Spíndola. 1.4. Ofício nº 121/2024 da Comissão de
1006 Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados, recebido no dia 11 de julho, pelo qual
1007 solicita a indicação de um representante do CNAS para participar como expositor da Audiência
1008 Pública que debaterá o Projeto de Lei nº 5363/2023, que institui o Conselho Tutelar da Pessoa Idosa,
1009 no dia 7 de agosto às 15h na Câmara dos Deputados - Brasília/DF. Encaminhamento da PA: Consultar
1010 a Conselheira Maria Carolina Alves. 1.5. E-mail do Cerimonial do Ministério das Mulheres, recebido
1011 no dia 15 de julho, onde convida para a Cerimônia de Posse das novas conselheiras do Conselho
1012 Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, triênio 2024-2027, no dia 18 de julho às 16h, no Auditório
1013 do Sebrae Nacional, Asa Sul, Brasília/DF. Solicitam confirmar presença até o dia 17 de julho.
1014 Encaminhamento da PA: Confirmar a participação da Vice-presidente Márcia de Carvalho Rocha,
1015 presente no evento durante a reunião. 1.6. Ofício nº 201/2024, recebido no dia 01 de julho, onde
1016 convida para as atividades do CIAMP-Rua Nacional, no âmbito da 10ª Reunião Ordinária
1017 descentralizada na região Nordeste, em Salvador/BA, nos dias 23, 24 e 25 de julho. Encaminhamento

1018 da PA: Além da Conselheira Jucileide Nascimento que já foi convocada, confirmar a presença do
1019 Presidente Edgilson Tavares de Araújo. Encaminhamento da plenária: Convocar o Conselheiro
1020 Rafael Machado em substituição do Presidente Edgilson, que estaria indisponível devido à alterações
1021 na agenda da CIT. A ida do conselheiro estava condicionada à autorização da solicitação das diárias
1022 e passagens. 2. Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS - 5, 6 e 7 de novembro de 2024
1023 (Região Norte). 2.1. Formato: híbrido. 2.2. Tema: 20 anos da Política Nacional de Assistência Social
1024 - PNAS: desafios para a Proteção Social frente as mudanças climáticas e as diversidades nos
1025 territórios. 2.3. Local: a definir. 2.4. Programação: a definir. 2.5. Convidados: a definir. 2.6. Número
1026 de participantes: 400. 2.7. Oficinas/Grupos: 6 oficinas. O Presidente Edgilson Tavares de Araújo
1027 explicou que as datas propostas foram alteradas de outubro para novembro devido às eleições
1028 municipais e apresentou a minuta de programação: Dia 05/11/2024 - Reunião Descentralizada e
1029 Ampliada do CNAS: 8h - Credenciamento; 9h às 9h30 - Solenidade de abertura; 9h30 às 12h - Painel
1030 1: A importância da retomada do II Plano Decenal. Convidados: Ieda Castro, Diretora da SAGICAD,
1031 Professora Aldaíza Sposati e Conselheira Aldenora González. Coordenadora: Vice-presidente Márcia
1032 de Carvalho Rocha; 12h às 14h - Almoço; 13h30 às 17h - Painel 2: Mudanças climáticas, Emergências
1033 e o SUAS: planejar, prevenir e agir. Convidados: André Quintão, Secretário Nacional de Assistência
1034 Social; Andréia Ventura, UFBA; e Ailton Krenak. Coordenador: Conselheiro Régis Spíndola. Dia
1035 06/11/2024: 9h às 12h - Oficinas: Oficina 1 - Migração; Oficina 2 - Povos e Comunidades
1036 Tradicionais; Oficina 3 - Benefícios e Transferência de Renda; Oficina 4 - Primeira Infância no
1037 SUAS; Oficina 5 - Trabalho Social com Famílias e Condicionais; Oficina 6 - Participação
1038 Social; 12h às 14h - Almoço; 14h às 18h - Relato dos debates nas Oficinas e encerramento.
1039 Encaminhamento da PA: Que a Reunião Descentralizada e Ampliada - RDA aconteça nos dias 5, 6 e
1040 7 de novembro, considerando o período do defeso eleitoral e o intervalo entre 1º e 2º turno. O pleno
1041 de outubro será realizado em Brasília. Com a palavra, a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera
1042 lembrou que a próxima reunião descentralizada marcaria o 1º Encontro das Entidades da Rede
1043 Socioassistencial, o 2º Encontro das Secretarias Executivas e o retomada da campanha SUAS Sem
1044 Racismo. O Conselheiro Elias de Sousa Oliveira questionou se os encontros substituiriam as oficinas
1045 na pauta, preocupado com o aprofundamento dos temas. Somou que a campanha SUAS Sem Racismo
1046 precisa ser profundamente estudada e trabalhada antes do seu lançamento, possivelmente com a
1047 criação de um GT. Após, a Conselheira Maria Carolina Alves falou sobre uma campanha contra o
1048 racismo lançada anteriormente e sugeriu recuperar-se o material, ao que o Conselheiro Elias de Sousa

1049 Oliveira afirmou que o material precisa de atualização. A Conselheira Emilene Oliveira Araújo
1050 esclareceu que a proposta foi dos Encontros serem realizados um dia antes da reunião do CNAS, ao
1051 que o Presidente Edgilson Tavares de Araújo arrazoou que o financiamento de um dia a mais poderia
1052 ser um empecilho, mas apoiou a criação de um GT para tratar da campanha com articulação com o
1053 Ministério da Igualdade Racial - MIR. A seguir, a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera pediu a
1054 inclusão de um painel sobre a temática do racismo no SUAS e a Conselheira Maria Aparecida Guerra
1055 Vicente endossou a importância da articulação com o MIR. Depois, a Conselheira Aldenora Gomes
1056 Gonzáles propôs que o GT a ser criado dialogue com a comissão técnica existente e instalada na
1057 Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Após, o Presidente Edgilson
1058 Tavares de Araújo questionou sobre a aprovação da Região Norte para sediar a reunião, dado o rodízio
1059 feito, e o Conselheiro Heitor Márcio Pinheiro Santos sugeriu que o CNAS pense em ações estratégicas
1060 voltadas para a Conferência das Partes - COP. Já o Conselheiro Régis Spíndola propôs que a reunião
1061 descentralizada seja considerada um evento pré-COP, possibilitando apoios financeiros. Assim
1062 sendo, foram feitos os seguintes encaminhamento da plenária: a) Acatar a incorporação na
1063 programação da RDA a realização do I Encontro das Entidades e Organizações da Sociedade Civil
1064 de Assistência Social e o II Encontro das Secretarias Executivas, acontecendo no dia 4 de novembro.
1065 Analisar a viabilidade financeira para realização de um encontro com 3 ou 4 dias e discutir novamente
1066 na PA de agosto; b) Instituir um GT no CNAS com a participação do Ministério da Igualdade Racial
1067 para atualizar e programar o lançamento da campanha “SUAS sem Racismo”, e incluir na
1068 programação da RDA um painel para essa temática. Que o GT dialogue com a Comissão Técnica do
1069 ODS 18, que trata sobre o combate ao racismo no centro dos esforços para o alcance da agenda 2030,
1070 da Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - CNOODS; c) Pautar na
1071 PA de agosto a discussão sobre o lançamento da campanha “SUAS sem Racismo”; d) Acatar a
1072 sugestão de que a RDA aconteça na região norte, buscando articular com a assessoria internacional
1073 do MDS para que já seja considerada como uma atividade preparatória para a COP que ocorrerá em
1074 2025, em Belém/PA; e) Articular e planejar ações do CNAS para a COP 2025. Seguiu-se com o relato
1075 da reunião: 3. Conferências Livres. Encaminhamentos da PA: a) Discutir na próxima reunião o
1076 formato, temas e previsão orçamentária das Conferências Livres como preparatórias para a
1077 Conferência Nacional; b) Que a Presidência Ampliada crie um Grupo de Trabalho - GT para pensar
1078 o formato das Conferências Livres (em agosto). 4. Balanço de execução financeira e previsão de
1079 despesas do CNAS até junho de 2024. Encaminhamentos da PA: a) Convidar a Divisão de Concessão

1080 de Diárias e Passagens - DICDP/SAA para o pleno de agosto, afim de esclarecer as questões a respeito
1081 de diárias e passagens; b) Que a reunião de Comissão de Política seja realizada de forma presencial,
1082 no dia 06 de agosto considerando que a Presidência estava em tratativa com a Secretaria Executiva -
1083 SE/MDS para recompor todas as coordenações técnicas das comissões. A Senhora Thais Pereira
1084 Braga sugeriu convidar a SNAS, o que foi aprovado. 5. No pleno de março, foi deliberado que a visita
1085 à Santa Catarina acontecesse no dia 12 de abril, junto com a Missão do Conselho Nacional de Direitos
1086 Humanos - CNDH. Como não foi possível a participação do CNAS na Missão do CNDH, sugeriu-se
1087 que a visita à Santa Catarina acontecesse em outra data com prazo para solicitar passagens e diárias.
1088 No dia 09 de abril, as(os) conselheiras(os) indicadas(os) foram consultados sobre qual seria a melhor
1089 data para agendamento da visita e não houve retorno. Encaminhamentos da PA: a) Que a visita seja
1090 realizada após o período eleitoral de 2024; b) Que o CNAS solicite informações ao CIAMP- Rua e
1091 ao CNDH sobre as visitas realizadas em Santa Catarina e quais encaminhamentos foram dados. A
1092 partir do recebimento das informações, organizar a visita. 6. Ofício nº 108/2024 do Conselho Estadual
1093 de Assistência Social de São Paulo - CONSEAS/SP, recebido no dia 27 de junho, onde encaminha
1094 demanda para providências relacionadas ao gov.br sobre agendamento para a 2ª via de RG para
1095 pessoas em situação de rua. Encaminhamento da PA: Encaminhar a demanda ao Ministério da Gestão
1096 e da Inovação em Serviços Públicos - MGI e solicitar esclarecimentos. 7. Ofício nº 3.526/2024 do
1097 Gabinete do Ministro - MDS, recebido no dia 28 de junho, pelo qual encaminha para providências o
1098 Ofício nº 0984/2024 do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Reunião Região - CREF4/SP,
1099 que solicita apoio para instituir um Grupo de Trabalho com objetivo de fomentar discussões e
1100 reflexões acerca da orientação, inserção e atuação profissional da Educação Física no contexto da
1101 PNAS. Encaminhamento da PA: Encaminhar ofício ao MDS com objetivo de ampliar o diálogo a
1102 respeito das demandas de incorporação de novas profissões no âmbito do SUAS. Responder ao
1103 demandante com esse encaminhamento. O Conselheiro Elias de Sousa Oliveira retomou que as
1104 profissões no âmbito do SUAS foram elencadas quando da criação da política de assistência social
1105 de acordo com demandas específicas e que a discussão deve ser ampla e baseada nas requisições
1106 almejadas nos profissionais e suas atribuições. 8. Nota nº 00527-2024-CONJUR/MDS/CGU/AGU,
1107 quanto a compreensão a respeito do teor do Ofício nº 014/2024 do CMAS de Benevides/PA.
1108 Encaminhamento da 324ª Reunião Ordinária do CNAS, em fevereiro de 2024: E-mail do município
1109 de Benevides/PA, encaminhando o Ofício nº 014/2024 e solicitando orientação a respeito da
1110 recomendação do promotor de justiça da 4º PJ de Benevides Márcio Leal Dias. Encaminhamentos da

1111 plenária em fevereiro de 2024: Encaminhar demanda para CONJUR solicitando parecer para
1112 subsidiar resposta. Encaminhamento da PA: Encaminhar a resposta da CONJUR para o CMAS
1113 Benevides com cópia para o CEAS/PA. 9. Ofício Circular nº 56/2024 da Secretaria Nacional de
1114 Assistência Social - SNAS, recebido no dia 1º de julho, onde encaminha para ciência e providências
1115 que julgar pertinentes o Ofício Circular Nº 07/2024/GM/OUV/DTAI/MDS, pelo qual a Ouvidoria-
1116 Geral deste Ministério faz referência ao tema do Governo Aberto, objeto de oficina de sensibilização
1117 realizada em Brasília, em 22 de setembro de 2022. Solicita o preenchimento do Questionário
1118 “Sugestão de Temas - Governo Aberto - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família
1119 e Combate à Fome”, acessível em Questionário do Diagnóstico até o dia 26 de julho de 2024.
1120 Encaminhamento da PA: Enviar o questionário para a Conselheira Shirley Samico e o Presidente
1121 Edgilson Tavares de Araújo elaborarem a resposta, e encaminhar à PA. 10. Ofício nº 75/2024 do
1122 Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - CEAS/SC, recebido no dia 03 de julho,
1123 onde manifesta interesse em sediar a Reunião Regional do CNAS - Sul e Sudeste prevista para
1124 novembro e consulta se poderá realizar a referida reunião nos dias 04 e 05 de dezembro de 2024.
1125 Encaminhamento da PA: Acatar a sugestão. 11. Ofício nº 418/2024 da Diretoria Executiva do Fundo
1126 Nacional de Assistência Social - DEFNAS/SNAS, onde responde à solicitação de esclarecimentos do
1127 CNAS referentes à Nota Técnica orientativa sobre a utilização de recursos oriundos do Fundo
1128 Nacional de Assistência Social - FNAS para pagamento de despesas que viabilizem a participação de
1129 representantes dos municípios nos Encontros Regionais e no 24º Encontro Nacional do CONGEMAS.
1130 Encaminhamento da PA: Socializar a resposta da DEFNAS para todas(os) as(os) Conselheiras(os).
1131 12. Ofício nº 188 da Secretaria Executiva do CNAS, enviado no dia 03 de junho à Secretaria
1132 Executiva do MDS com cópia à Subsecretaria de Tecnologia da Informação - STI, sobre os sistemas
1133 NUXEO e SICNAS. Encaminhamento da PA: Mandar novo ofício para Secretaria Nacional de
1134 Assistência Social - SNAS, Secretaria Executiva do MDS e Subsecretaria de Tecnologia da
1135 Informação - STI solicitando uma reunião em carácter de urgência, dada importância do investimento
1136 feito com recursos públicos, as demandas de auditorias e de outros órgãos de controle, da SNAS, dos
1137 Ministérios da Saúde, Educação, Ministério Público Federal entre outros. Na plenária, o Presidente
1138 Edgilson Tavares de Araújo relatou o problema enfrentado com a digitalização dos documentos do
1139 CNAS e a importância de se ter o material digital. 13. Informes e encaminhamentos das reuniões das
1140 Comissões para deliberação da Presidência Ampliada. 13.1. Comissão de Política da Assistência
1141 Social: 13.1.1. Minuta de Resolução que caracteriza, estabelece diretrizes, parâmetros e critérios das

1142 ofertas de assessoramento e/ou defesa e garantia de direitos no âmbito do SUAS por entidades e
1143 organizações da sociedade civil de assistência social. Encaminhamentos da CPAS: a) Levar a
1144 consideração da Presidência Ampliada a ampliação no período de Consulta Pública de 30 (trinta) dias
1145 com prorrogação de mais 30 (trinta) dias; b) Concomitante à Consulta Pública, que abra-se prazo aos
1146 conselheiros do CNAS para contribuições; c) Incluir uma seção na resolução e/ou construir orientação
1147 específica sobre a transição entre a Resolução nº 27 atual e a proposta da nova resolução e definir um
1148 período para tal; d) Solicitar que o relatório do GT seja socializado a todos os conselheiros. 13.1.2.
1149 Relação do SUAS e Sistema de Justiça: Política Antimanicomial. Encaminhamento da CPAS: Levar
1150 a consideração da PA a discussão do conceito da avaliação biopsicossocial, contemplando a resolução
1151 CNJ nº 487/2023 e seus impactos para o BPC, demais benefícios socioassistenciais e de transferência
1152 de renda. 13.1.3. Definição da pauta, convidados (se houver) e do principal ponto de pauta da reunião
1153 da CPAS de agosto de 2024. Encaminhamentos da CPAS: Tarde - Avaliar junto à Presidência
1154 Ampliada a realização de Reunião Conjunta com a Comissão de Financiamento para apresentação do
1155 relatório semestral do PROCAD. Convidados: SAGICAD e SNAS; e outros assuntos.
1156 Encaminhamento da PA: aprovado. 13.2. Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. 13.2.1.
1157 Avaliação da Reunião Trimestral do CNAS realizada no dia 18 e 19 de junho de 2024, Anexo II.
1158 Encaminhamento da CAC: Solicitar reuniões preferencialmente online com o CEAS/TO e em seguida
1159 com a gestão. No mesmo formato, solicitar reunião com o CEAS e gestão de Rondônia.
1160 Encaminhamento da PA: aprovado. 13.3. Comissão de Normas. 13.3.1. Levar para a PA a questão da
1161 acessibilidade e usabilidade para participação nas reuniões virtuais. 13.4. Comissão de Financiamento
1162 e Orçamento. 13.4.1. Levar para Presidência Ampliada a solicitação de reunião ordinária ou
1163 extraordinária com pleno para apreciação da proposta orçamentária para 2025, como resolução,
1164 quórum qualificado, para o dia 18 ou 19 de julho de 2024. Convidado: SNAS. Encaminhamento da
1165 plenária: Foi aprovada reunião virtual da comissão no dia 29 de julho. 13.4.2. Sugerir à Presidência
1166 Ampliada a indicação de Conselheiro da Comissão para participar das reuniões da CIT em
1167 consonância com o Plano de Ação. Sugestão: Conselheiro Alessandro Tiezzi, uma vez que já participa
1168 da Câmara Técnica da CIT. Encaminhamento da PA: Consultar a CIT. 13.4.3. Informar à SNAS a
1169 indicação dos novos Conselheiros para participação do GT de escalonamento da PEC nº 383/2017,
1170 os Conselheiros Alessandro Tiezzi e Ricardo de Santana Marques (agosto/2024). 13.4.4.
1171 Apresentação dos dados sobre o desfinanciamento e processo de emendas parlamentares no SUAS.
1172 Convidado: CONGEMAS (virtual ou presencial - à definir). Encaminhamento da PA: Convidar o

1173 Conselheiro Heitor Márcio Pinheiro Santos. 13.4.5. Levantamentos de dados já realizados sobre os
1174 custos dos serviços socioassistenciais para subsidiar debate na Comissão. Convidados: Professora
1175 Jucimeri Isolda, SNAS, e IPEA (virtual ou presencial - à definir). Encaminhamento da PA: Consultar
1176 a Professora Jucimeri Isolda para saber se ela tem disponibilidade para participar virtualmente. 13.4.6.
1177 Reunião Conjunta da Comissão de Política de Assistência Social e Comissão de Financiamento e
1178 Orçamento da Assistência Social sobre o Monitoramento do Programa de Fortalecimento
1179 Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social –
1180 PROCAD/SUAS - agosto/2024. Encaminhamento da PA: Aprovado. 13.5. Reunião conjunta da
1181 Comissão de Normas e Comissão de Financiamento. Encaminhamento da PA: Até o dia 17 de julho,
1182 período da tarde, a DPSE irá enviar a proposta de resolução para ser discutida no pleno de julho. 14.
1183 Pauta da 330ª Reunião do CNAS - agosto de 2024. Encaminhamento da PA: Que a Secretária
1184 Executiva assine exclusivamente as convocações aprovadas pelo pleno do CNAS, de ordem do
1185 Presidente. O Presidente Edgilson Tavares de Araújo explicou que o encaminhamento seria para as
1186 convocações aprovadas pelo pleno e tinha por objetivo reduzir a sua carga de trabalho. Sobre o tema,
1187 a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera sugeriu que a tarefa fosse delegada à Vice-Presidente
1188 Márcia de Carvalho Rocha, dado o problema recente ocorrido na Comissão de Política, ao que o
1189 Presidente Edgilson Tavares de Araújo disse que ela também tem muitas atribuições. A Conselheira
1190 Aldenora Gomes Gonzáles explicou que o problema em questão foi o entendimento equivocado de
1191 uma convocação, que gerou mal-estar e cuja culpa recaiu injustamente sobre a Secretaria Executiva.
1192 Após, a Conselheira Irene Rodrigues disse que os membros da Secretaria Executiva devem ser vistos
1193 como funcionários do SUAS e se preocupou em acrescentar mais uma tarefa à eles, uma vez que há
1194 falta de profissionais. Já o Conselheiro Elias de Sousa Oliveira declarou que a Secretaria Executiva
1195 não foi apontada como culpada da situação e lembrou que a atividade está prevista em regimento
1196 como do escopo dela, porém sob responsabilidade da Presidência. A seguir, a Conselheira Maria
1197 Aparecida Guerra Vicente declarou que todos os trabalhadores do SUAS estão sobrecarregados e
1198 questionou o impacto da mudança no trabalho da Secretaria Executiva e o Conselheiro Thiago Cabral
1199 insistiu que a responsabilidade é da Presidência, mas que a incumbência deve ser da Secretaria,
1200 conforme regimento. O Conselheiro Rafael Machado defendeu os trabalhadores do SUAS e da
1201 Secretaria Executiva, pediu estruturação do setor e criticou o setor de emissão de passagens com base
1202 na sua experiência. Em seguida, o Conselheiro Régis Spíndola disse que a questão exposta deveria
1203 ter sido encerrada no âmbito da Comissão de Política e indicou que o volume de trabalho da Secretaria

1204 Executiva em encaminhar as convocações diretamente aos destinatários ou à Presidência é o mesmo.
1205 Após, a Conselheira Shirley Samico concordou com o Conselheiro Régis Spíndola e disse que a
1206 sugestão desburocratiza e descentraliza os processos do CNAS, sugerindo testar o modelo. A
1207 Conselheira Jucileide Pereira do Nascimento falou que o problema é a falta de estrutura do CNAS e
1208 a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera argumentou que é função da Vice-Presidente auxiliar o
1209 Presidente, insistindo ser contra delegar a função à Secretaria Executiva. Então, a Conselheira
1210 Solange Bueno defendeu que a Presidência deve assinar as convocatórias. Por fim, o Presidente
1211 Edgilson Tavares de Araújo esclareceu que o Presidente pode delegar funções mediante aprovação
1212 da plenária e disse que a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera desrespeitou o acordo feito na PA
1213 de que certos assuntos não deveriam ser tratados na plenária. Falou que uma questão de gestão e
1214 desburocratização não deve ser tratada como uma questão política e criticou a falta de consulta à
1215 Secretaria Executiva sobre o assunto, que também tem o trabalho de cobrar assinaturas e questionando
1216 o ônus gerado diretamente ao setor. Concluiu que não admitiria que a Secretaria Executiva fosse
1217 culpabilizada e solicitou que a degravação da reunião da Presidência Ampliada seja encaminhada aos
1218 conselheiros, se existir, sendo a resposta negativa. Com a palavra, a Senhora Thais Pereira Braga
1219 reiterou a fala do Conselheiro Régis Spíndola, de que a Secretaria já faz o encaminhamento das
1220 convocações pelo sistema, e reafirmou que a Secretaria Executiva é extremamente cuidadosa em suas
1221 ações e que executa apenas o que for aprovado em plenária. Em conclusão, o Presidente Edgilson
1222 Tavares de Araújo sugeriu que o ponto fosse retomado na próxima reunião da PA, dada a ausência
1223 da Senhora Maria das Mercês, ao que a Conselheira Jucileide Ferreira do Nascimento discordou e
1224 insistiu que a deliberação fosse feita na plenária. A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera sugeriu
1225 alinhar a pauta na próxima reunião e debater na plenária e o Conselheiro Heitor Márcio Pinheiro
1226 Santos lembrou que a reunião estava sendo transmitida e que a discussão fragiliza a imagem do
1227 Conselho. O Presidente Edgilson Tavares de Araújo retomou que o tema foi alinhado, mas que alguns
1228 conselheiros voltaram atrás na decisão, encaminhando para que a reunião de alinhamento seja antes
1229 da Presidência Ampliada para evitar a repetição da situação, ao que a Conselheira Irene Rodrigues da
1230 Silva disse que não seria possível devido ao calendário. O Presidente Edgilson Tavares de Araújo
1231 então fez o seguinte encaminhamento: que a Presidência faça uma proposta de encaminhamento sobre
1232 esse tema. Retomou-se o relato da reunião da Presidência Ampliada com a Pauta da 330ª Reunião
1233 Ordinária do CNAS, já com as alterações propostas durante a plenária. Dia 05/08/2024 - Reunião de
1234 Comissões: 9h às 16h - Reunião da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências

1235 de Assistência Social e reunião da Comissão de Normas da Assistência Social. Dia 06/08/2024 -
1236 Reunião de Comissões e Presidência Ampliada: 9h às 16h - Reunião da Comissão de Política da
1237 Assistência Social; Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social;
1238 Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; e Reunião da Comissão
1239 de Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda; 16h às 17h -
1240 Reunião interna de alinhamento dos Representantes de Segmentos que compõem o CNAS; 17h às
1241 18h - Reunião da Presidência Ampliada do CNAS. Dia 07/08/2024 - 330ª Reunião Ordinária do
1242 CNAS: 9h às 10h - Reunião interna de alinhamento dos Representantes de Segmentos que compõem
1243 o CNAS; 10h às 10h30 - Aprovação da ata da 329ª Reunião Ordinária e da pauta da 330ª Reunião
1244 Ordinária do CNAS; 10h30 às 12h - Apresentação do funcionamento do CNAS e Apresentação do
1245 funcionamento das Secretarias do MDS. Convidados: Secretaria Nacional de Assistência Social -
1246 SNAS e Secretaria Nacional de Cuidados e Família; 14h às 15h - Apresentação do funcionamento
1247 das Secretarias do MDS. Convidados: Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro
1248 Único - SAGICAD; e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC; 15h30 às 16h30 -
1249 Esclarecimentos sobre emissão de Diárias e Passagens. Convidado: Divisão de Concessão de Diárias
1250 e Passagens - DICDP/SAA e SNAS; 16h30 às 18h - Relato da reunião da Presidência Ampliada do
1251 CNAS. Dia 08/08/2024: 9h às 10h - Relato da reunião da Comissão de Normas da Assistência Social;
1252 10h às 11h - Relato da reunião da Comissão de Controle Social das Deliberações das Conferências
1253 de Assistência Social; 11h às 12h - Relato da reunião da Comissão de Política da Assistência Social.
1254 14h às 15h - Relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social;
1255 15h às 16h - Relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência
1256 Social; 16h às 17h - Relato da reunião da Acompanhamento de Benefícios Socioassistenciais e
1257 Transferência de Renda; 17h às 18h - Informes da Presidência/Secretaria Executiva, CIT,
1258 SNAS/MDS, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros. Não havendo observações, o relato da
1259 reunião da Presidência Ampliada foi aprovado pela unanimidade das(os) conselheiras(os) presentes.
1260 Após, passou-se à leitura da carta sobre a composição do quadro de trabalhadores do CNAS, feita
1261 pelo Conselheiro Thiago Cabral. Seguindo para as considerações, o Conselheiro Elias de Sousa
1262 Oliveira pediu a inclusão de que a solicitação estava sendo feita desde 2023 e o Presidente Edgilson
1263 Tavares de Araújo lembrou que a questão ocorre desde o mandato anterior, mas se agravou devido à
1264 mudança de regimento que prevê o funcionamento simultâneo das seis comissões. Em resposta, o
1265 Conselheiro Thiago Cabral disse que a carta foi um consenso da sociedade civil e que portanto não

1266 deve acatar as mudanças do pleno, enquanto a Conselheira Maria Aparecida Guerra Vicente opinou
1267 que a informação sugerida deve constar na carta, dada a sua relevância. Já a Senhora Thaís Pereira
1268 Braga disse que, uma vez que a carta estava sendo lida no pleno, deveria ser considerada como um
1269 documento do CNAS, não apenas da sociedade civil, e perguntou quem iria assinar. A Conselheira
1270 Aldenora Gomes Gonzáles resumiu que seria mais fácil a sociedade civil cobrar um posicionamento
1271 do que o Presidente Edgilson Tavares de Araújo, enquanto gestor e funcionário do governo. Já o
1272 Conselheiro Heitor Márcio Pinheiro Santos lembrou que, na reunião anterior, foi aprovado um ofício
1273 endereçado ao Ministro com as mesmas questões. Por fim, definiu-se que os conselheiros da
1274 sociedade civil assinariam a carta e o Presidente Edgilson Tavares de Araújo declarou que os informes
1275 deveriam ser encaminhados, dada a falta de tempo para sua leitura. Como exceção, a Conselheira
1276 Solange Bueno pediu a palavra para anunciar a aprovação o encaminhamento da PEC n° 383 e falou
1277 sobre a apresentação da Primeira-Dama Janja Silva sobre o Comunica BR, que não tem uma aba
1278 destinada à assistência social. Ainda, o Presidente Edgilson Tavares de Araújo encaminhou para que,
1279 se necessário, fosse realizada uma reunião prévia online da PA para os encaminhamentos mais
1280 rápidos, dada a mudança da reunião de alinhamento. **ENCERRAMENTO:** Finalizada a pauta, o
1281 Presidente Edgilson Tavares de Araújo encerrou a 329ª Reunião Ordinária do CNAS com
1282 agradecimento a participação e colaboração de todas(os) as(os) conselheiras(os) e da equipe da
1283 Secretaria Executiva.

1284

1285

Edgilson Tavares de Araújo

1286

Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

1287

1288

Brasília/DF

1289

Julho de 2024